

ANDES – Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior

RELATÓRIO FINAL

IX CONAD

Belo Horizonte, 21 a 24/6/1984

PROPOSTA DE PAUTA DO IX CONAD

Tema 1: AVALIAÇÃO DO MOMENTO POLÍTICO NACIONAL E O MOVIMENTO DOCENTE

Tema 2: POSIÇÃO DA ANDES FRENTE AO PROJETO DE LEI DO MEC PARA A UNIVERSIDADE FEDERAL

Tema 3: LUTAS SETORIAIS: AUTARQUIAS, FUNDAÇÕES, ESTADUAIS, PARTICULARES

Tema 4: QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS DA ANDES

CRONOGRAMA DE DISCUSSÕES

	MANHÃ	TARDE	NOITE
QUINTA-FEIRA			19:00 – Plenária de Abertura e de Instalação do IX CONAD 20:00 – Solenidade de Posse da ANDES
SEXTA-FERIA	Tema 3 e 2 Autarquias e Fund. Tema 4 Partic. e Estaduais	Cont. reuniões da manhã	Te,a 2 Reunião conjunta Autarquias/Fundações
SÁBADO	Tema 1 e 4 (misto)	Tema 2 e 3 Plenária de Deliberação	Temas 2 e 3 Plenária de Deliberação
DOMINGO	Plenária de Deliberação Tema 1 e 4	Plenária Final	

Horário: Manhã: 8:30 às 12:00 horas

Tarde: 14:00 às 18:00 horas

Noite: 19:30 às 21:30 horas

Observação: AAPUBH propõe a seguinte redação para o Tema 2:

“A Universidade Hoje: Financiamento e Democratização”.

RESTAURANTES (NAS PROXIMIDADES DA ESCOLA DE ARQUITETURA)

VOZEFÁ – Rua Rio Grande do Norte, 908

Prato Feito Cr\$ 1.200,00

Refeição Cr\$ 1.800,00

CEBOLÉU CANTINA – Rua Rio Grande do Norte, 991

Almoço Executivo Cr\$ 1.900,00

(não cobra 10% do garçom)

BAR PANQUECA'S – Rua Pernambuco, 861

Prato Feito..... Cr\$ 1.200,00

Refeição..... Cr\$ 2.400,00

(não se cobra os 10% do garçom)

BAR TEMPO – Rua Pernambuco, 989

Prato Feito Cr\$ 1.800,00

Refeição Cr\$ 2.500,00

PIP'S LANCHE – Rua dos Inconfidentes, 984

Prato Feito Cr\$ 1.500,00

Refeição Cr\$ 2.500,00

(não se cobra 10% do garçom)

HOSPEDAGEM EM BELO HORIZONTE

Estão aqui relacionados alguns Hotéis centrais e com preço mais em conta:

- AMBASSY HOTEL

Rua dos Caetés, 633, Esq. Com Afonso Pena – Fone: 201.0022

Apartamentos Duplos Cr\$ 22.000,00

(para mais de 15 pessoas – 10% de desconto)

- HOTEL FINANCIAL

Avenida Afonso Pena, 571 – Fone: 201.7044

1 pessoa Cr\$ 21.250,00

2 pessoas Cr\$ 25.300,00

Tripla Cr\$ 37.950,00

- CECÍLIA PALACE HOTEL

Rua dos Carijós, 454 – Fone: 201.9322

Apartamento de solteiro Cr\$ 21.000,00

Apartamento de Casal Cr\$ 29.000,00

Apartamento triplo Cr\$ 36.000,00

- ALOJAMENTOS DA FETAEMG – para 50 pessoas

Rua Álvares Maciel, 154 (ao lado do Clube de Sargentos)

Por pessoa Cr\$ 3.000,00

(preço por todo o período do CONAD, pagar no ato da chegada)

Além desses locais, alguns professores de Belo Horizonte poderão hospedar os participantes em suas casas. Sendo de seu interesse, procure a listagem junto à recepção do CONAD.

REFEIÇÕES

Bandejão da Fundação Mendes Pimentel (UFMG) – preço 860,00

Sexta-feira - Almoço de 11:30 às 13:30 – Escola de Arquitetura

- Jantar de 17:30 às 19:00 – Faculdade de Medicina(Av. Alfredo Balena, 190)

Sábado

- Almoço de 11:30 às 13:30–Faculdade de Medicina(Av. Alfredo Balena, 190)

- Jantar de 17:30 às 19:00 – Escola de Arquitetura

Domingo

- Almoço de 11:30 às 13:30–Faculdade de Medicina (Av. Alfredo Balena,

190)

DISCURSO DO COMANDO DE GREVE DOS FUNCIONÁRIOS DA UFMG, PRONUNCIADO NA ABERTURA DO IX CONAD E POSSE DA DIRETORIA DA ANDES

Companheiros:

Neste momento de abertura do VIII CONAD, em plena greve de todos os servidores das universidades federais, colocam-se, para além dos discursos, temas urgentes. Temas que habitam fácil, discursos demagógicos ou até mesmo sinceros reclamos, de sinceros liberais, ou ainda as complexas análises teóricas, de complexos acadêmicos.

Universidade, democracia interna, representação sindical, relações internas, carreiras são temas que hoje a greve ressuscita, reencarnados de novas expectativas rompendo no cotidiano da greve, nos entraves e dificuldades da pretendida união de propósitos e de tarefas entre professores e funcionários seja no âmbito de comando ou onde a greve se realiza e explode de contradições nas unidades. E, na prática, muitos estão dando mostras de não saber lidar com estas duas formas de fazer greve, estão confusos ou em posições extremadas diante da produção de duas realidades e dois produtores: professores e funcionários.

A universidade, hoje, da complexa realidade social que a produz, incorpora as suas contradições e congruências. De um organismo simples, técnica e organizacionalmente primário, a uma organização complexa, com inúmeras áreas profissionais e serviços de apoio, assessoria e pesquisa. O passado dos catedráticos e bedéis continua no comportamento e na cabeça de muitos professores e até funcionários. Para a sociedade em geral, a divisão interna do trabalho ainda é aquela antiga e quando se fala em universidade, se refere a professores e estudantes. Entretanto, os funcionários se reconhecem na luta e se descobrem como categoria permanente. Nesse momento todo o processo de mudança, mesmo de reconhecimento desta organização ou de debate sobre ela, não pode desconhecer esta realidade: existência dos funcionários.

Quando se discute ou se propõe democracia interna, obrigatoriamente, está se discutindo a questão do poder, da participação ou da distribuição de poder. Não podemos fugir da realidade de que na universidade todos os espaços do poder estão reservados ou subordinados à condição de docente (não precisa do exercício da docência, mas simplesmente de uma configuração burocrática da condição de docente). Na verdade, quando fugimos desta discussão ou fingimos desconhecer essa questão, reforçamos o reflexo da sociedade de classes - uma sociedade de estamentos. Reforçamos a distribuição de mandarinos, dos departamentos às reitorias.

Sabemos que nesta hora, alguns doutores das teorias excelentes vão torcer o nariz frente à audácia dos não iniciados, dos não ungidos pela benção das teses ou doutorados, pelas bancas da corporação.

Cavalheiros de uma maçonaria modernizada ou leões de um Lions profissionalizado, havemos de reconhecer que o poder se disputa no cotidiano do trabalho, como se luta no dia-a-dia da sociedade.

Não queremos o apoio decorrente da consciência culpada, queremos o apoio decorrente da identidade verdadeira de quem luta na mesma direção, mesmo que com outras armas.

Cabe a todos ajudar a resolver a questão: de não ser categoria reconhecida pela falta de poder político ou pela não possibilidade de conseguir legal e institucionalmente o poder - e ser ao mesmo tempo alimento e meio de realização do aparelho da organização universitária.

O primeiro passo foi dado; a greve ultrapassa as expectativas de todos, inclusive nós, que nos assistimos frente às outras levantadas, a firmeza, a coesão e a força dos

companheiros que sustentam nas unidades, o ser e o fazer do movimento. E nós temos o que dizer sobre Diretas, sobre democracia na universidade, sobre como fazer e viver universidade.

A universidade, contraditória, faz seu túmulo ao reconhecer os CNPq, FINEPS, pela ânsia de buscar as migalhas dos PADCTs, prêmios aos iniciados que obedecem à regra do jogo e se enganam nos elogios fáceis e procuram se afirmar no comércio de influência. No seu discurso, nos usos descabidos de suas funções e das prestações de serviços, mercantilizando parte de sua função social.

Enfim, acenam com o discurso da universidade pública e se negam a administrar a crise que o poder central lhes propõe e impõe. E, parte da comunidade, os funcionários, cúmplices silenciosos de uma armadilha que armamos premiados pelas propinas dos complementos, das gratificações e convênios.

Vítimas, de sermos nós mesmos massa amorfa que o poder amolda.

Esta greve mudou o enredo da nossa história, futuro próximo. Não mais esqueceremos as nossas faces, agora nos assumindo como categoria, reivindicamos uma parte do poder para transformar a universidade em comunidade.

Aparentemente contraditório, mas única via para sermos, uma só comunidade e nos assumirmos primeiro como partes únicas e independentes de um mesmo enredo de um único espaço.

Belo Horizonte, 21 de junho de 1984.

IX RELATÓRIO DO CONSELHO NACIONAL DE ASSOCIAÇÕES DE DOCENTE – CONAD RELATÓRIO FINAL

Local: Belo Horizonte

Data: 21 a 24 de julho de 1984

Pauta:

- I – Conjuntura Política e Movimento Docente
- II – Universidade – Financiamento e democratização
- III – Lutas Setoriais
- IV – questões Organizativas e Financeiras

Tema I – CONJUNTURA POLÍTICA E MOVIMENTO DOCENTE

Plenária do dia 24/7/84

Mesa: Carlos Martins, Wolfgang I. Maar, Emmanuel Appel e Márcio Oliveira

INTRODUÇÃO

A luta pelas diretas já, significa hoje, não só eleger o presidente da República. Nela transparece o grande anseio popular da conquista de liberdades democráticas com o fim de 20 anos de ditadura, como também por mudanças que venham satisfazer as necessidades mais prementes da população.

Após termos vivido momentos de grandes mobilizações populares no Brasil, percebemos que desde 25/4, a questão sucessória ficou simplesmente reduzida a articulações e negociações de cúpula, fechando os espaços para os movimentos de massa. No entanto, conscientes de que a questão que se coloca hoje é a consideração e continuidade ou não do Regime Militar e compreendendo a importância da pressão popular para esta definição entendemos que o conjunto das entidades e do movimento popular ao invés de continuar assistindo as negociações devem retornar as mobilizações e se articular para interferir neste processo.

O impasse na questão sucessória aprofunda a crise política em curso, e, frente a esta questão, temos aumentado a responsabilidade da ANDES e ADs na participação e intervenção política, principalmente nos comitês suprapartidários, apresentando propostas que viabilizam a saída democrática exigida pela sociedade hoje.

DELIBERAÇÕES

- 1) Os docentes universitários reafirmam o seu compromisso com as “eleições diretas já” porque entendem que se constitui em base essencial para a transformação político-institucional em direção à democracia. Neste sentido, o Colégio Eleitoral indireto deve ser repudiado. As ADs devem implementar discussões sobre todos os possíveis desdobramentos da situação.
É absolutamente prioritário retomar o pleno **engajamento na mobilização popular** desenvolvida pelos partidos políticos de oposição, pelas organizações sindicais e da sociedade civil, sobretudo através dos Comitês Suprapartidários, partindo de uma retomada da mobilização interna nas ADs e evitando política de cúpula.
É preciso reafirmar, portanto, a importância dos Comitês Suprapartidários em todos os níveis (nacional, estaduais, regional e locais) constituídos inclusive, em sua maior parte, com a plena participação da ANDES.
- 2) **O âmbito dos Comitês Suprapartidários unitários formados por partidos e entidades representativas do movimento sindical popular é o foro privilegiado**

para se definir as discussões políticas em torno das diretas, inclusive aquelas surgidas no plano dos partidos e, por iniciativa dos mesmos, encaminhadas aos Comitês.

Há que ressaltar, porém, a autonomia da ANDES e do movimento docente na discussão de quaisquer questões que julgar importante. A diretoria deve contar com voto de confiança para tomada de decisões urgentes.

- 3) A ANDES deve continuar a sua prática pela unidade do movimento sindical, desenvolvida, sobretudo na ação concreta como revela a nossa participação em ambos os Congressos de S. Bernardo e Praia Grande.

Este posicionamento tem demonstrado seu acerto, através da realização de plenárias unificadas do movimento sindical e da participação de todas as correntes do mesmo nos Comitês Suprapartidários, como forma concreta de interferir politicamente na realidade do país.

Além disso, a questão de uma greve geral conforme proposta na plenária unificada reunida em S. Paulo dia 16/6 da CUT, CONCLAT, CONFEDERAÇÃO e ANDES, exige uma discussão às categorias desembocando necessariamente em plenárias unificadas.

Examinando o Programa Mínimo aprovado pela Plenária Sindical de 16/6, o IX CONAD verificou a necessidade de ser acrescentado um oitavo item sobre Política Educacional.

ENSINO PÚBLICO E GRATUITO, para todos em todos os níveis.

a – expansão da rede pública de ensino em todos os níveis.

b – congelamento das vagas na rede particular de ensino

c – democratização da universidade como condição para torná-la um instrumento a serviço dos interesses dos trabalhadores e da maioria da população brasileira.

d – participação dos trabalhadores, notadamente os da educação, na definição e acompanhamento das políticas de educação a nível municipal, estadual e federal.

Esta proposta de adendo deve ser encaminhada às entidades sindicais e o programa deve ser discutido com o conjunto da população.

- 4) Em face do papel já desempenhado pela ANDES, seja nos Comitês Suprapartidários, seja na e pela unidade na ação sindical, enquanto representação nacional do movimento docente, recomenda às ADs, discutir e desenvolver propostas quanto à Universidade, à política educacional e cultural, à inserção do movimento docente sindical e quanto às questões gerais – que se referem aos interesses populares e dos trabalhadores.

- 5) O IX CONAD reafirma que a ANDES e as ADs públicas devem ter o direito a voto em reuniões de entidades sindicais e sugere que as associações sejam consideradas equivalentes aos sindicatos na definição dos critérios de participação em congressos.

Estas propostas devem se inserir nos programas políticos unificados desenvolvidos seja no âmbito suprapartidário, seja no plano sindical e da sociedade civil.

- 6) O CONAD recomenda às ADs discutir o significado de uma candidatura única das oposições, fornecendo elementos para um eventual posicionamento da ANDES.

TEMA II – A UNIVERSIDADE HOJE: FINANCIAMENTO E DEMOCRATIZAÇÃO

Plenária: 23/7/84

Mesa: Maria José Ribeiro, Raul Güenther, Sadi Dal Rosso, Sidney Solis e Rosangela Rodrigues.

1. Democratização e universidade

A) O IX CONAD decidiu realizar questionários e dossiês sobre as experiências de democratização em cursos nas universidades brasileiras, dos quais devem integrar as seguintes questões centrais:

1 – Pressupostos materiais para a gestão democrática

1.1 – Alocação de verbas: mecanismos de participação da Comunidade Universitária

2 – Poder acadêmico

2.1 – Escolha de dirigentes

2.2 – Estrutura e funcionamento dos órgãos

2.3 – Titular do poder (relação com sociedade e com o Estado)

2.4 – Prática de poder (participação)

3 – Saber acadêmico

3.1 – Currículos

3.2 – Extensão/Pesquisa

3.3 – Relação com alunos

3.4 – Processo ensino/aprendizagem

Por proposta do CONAD, a ANDES recolherá os questionários e dossiês desenvolvidos pelas ADs, consolidando-os em **relatório**, o qual voltará às ADs para que estas, com base nele, realizem **Seminários**. Estes **Seminários de Encontro nacional sobre democratização da universidade**, a ser realizado em 1985.

B) Foi aprovado o seguinte CRONOGRAMA para esta consulta:

- até 15 de junho de 1984: Elaboração dos questionários e envio de dossiês para as ADs;

- até 15 de agosto: As ADs remetem à ANDES suas contribuições sobre o tema;

- até 15 de setembro: Consolidação de relatório e envio do mesmo às ADs;

- de 15 de setembro até o final do ano letivo: Preparação pelas ADs do Seminário Nacional, realizando cada entidade discussões da forma que for possível. Estas discussões deverão culminar em **seminários** em cada IES.

- abril de 1985: Realização do Seminário Nacional sobre democratização da universidade, com data e local a serem determinados pela ANDES.

C) Recomendações

1. Sugere-se às ADs e a ANDES que assegurem no processo de discussão do tema a maior participação possível dos outros segmentos da comunidade universitária, tais como, servidores e estudantes;

2. Segue-se também que as ADs e ANDES assegurem a participação dos pesquisadores, que atuam no âmbito do projeto PARU para estudar questões pertinentes ao tema.

O conjunto de deliberações referentes à democratização da universidade foi aprovado por ampla maioria, com duas abstenções.

2. Financiamento

No que concerne ao financiamento da Universidade Brasileira, o CONAD constatou que existe uma grande precariedade de informações sobre o assunto no movimento docente.

Por este motivo, foi aprovada a constituição de uma **comissão de trabalho** para fazer estudos sobre **financiamento e orçamento** das diversas universidades, abrangendo todos os setores da mesma: autarquias, fundações, particulares e estaduais.

A Comissão assim constituída ficará, por decisão do CONAD, centralizada no Rio, sob a responsabilidade da ADUFRJ e (possivelmente) da ADUFF.

Foi sugerido, ainda, que as ADs desenvolvam estudos sobre a situação de suas universidades (orçamento e destinação das verbas, necessidades e demandas por verbas). As ADs que já tiveram em seu poder estudos nesse sentido, deverão enviá-los, a ANDES, que se encarregará de distribuí-los às demais ADs e à **comissão de trabalho** constituída neste CONAD. Sugeriu-se que estes estudos sejam feitos utilizando o potencial humano das universidades.

Foi recomendado, finalmente, que as ADs se inscrevam para receber a revista do Tribunal de Contas da União, a qual publica, anualmente, o **orçamento global** da União.

O professor Oswaldo Maciel ofereceu-se para encaminhar ao TCU a relação das ADs que desejam receber a revista.

TEMA III – LUTAS SETORIAIS

1 – RELATÓRIO DAS AUTARQUIAS

Os docentes do setor entenderam ser necessário intensificar a luta, mantendo e aumentando a mobilização grevista no sentido de aumentar a pressão política e social sobre o governo. Para tanto recomendaram e o CONAD aprovou por unanimidade as seguintes medidas:

a – articular novas manifestações e ações unitárias da sociedade contra o governo e a favor da greve;

b – aumentar a articulação com outras categorias em greve ou em processo de luta (previdência, por exemplo);

c – levar novas denúncias às ruas através de atos, passeatas, concentrações, etc;

d – propor aos demais setores da ANDES o apoio concreto ao movimento, com um dia de luta (o que foi aprovado em destaque na forma proposta pelas IES particulares).

Recomendaram ainda que a ANDES intensifique campanha nacional contra o arrocho e o achatamento dos salários, representados pela política salarial e contra o 2065, levando esta proposta na plenária sindical de 21/7.

O Setor das autarquias propôs e o CONAD aprovou a seguinte moção:

O CONAD manifesta sua indignação diante da subserviência do governo brasileiro ao FMI, que está levando ao superachatamento salarial, á recessão e ao desmantelamento da Universidade Brasileira.

Finalmente, os docentes das autarquias repudia qualquer tentativa de solução que implique em prejuízo aos professores das fundações federais, ponto aliás, decisivo para a unificação das lutas dos dois setores.

DELIBERAÇÕES:

1 – A perspectiva atual é de continuidade da greve pois o governo não respondeu às reivindicações e a Ministra não cumpriu seu compromisso, assumido a partir da concentração em frente ao MEC, de propor uma solução urgente ao movimento, que não seja o projeto de lei de equiparação.

2 – É um erro considerar como certo que haja qualquer percentual de reajuste além do índice geral do funcionalismo ou que este índice seja igual ou maior do que o INPC deste semestre, porque isto pode desmobilizar o movimento devido às hipóteses ou balões de ensaio largados propositadamente para este fim.

3 – Mesmo que se obtenha um reajuste além do índice geral do funcionalismo ou que este índice seja igual ou superior ao INPC, e isto possa ser capitalizado como conquista do movimento, não deve se dar esta capitalização em prejuízo da continuidade da greve pela pauta de reivindicações.

4 – A questão das verbas deve ser compreendida como parte essencial da luta pelo ensino público e gratuito, neste momento de mobilização pela sobrevivência das universidades federais autárquicas, e por isto, a continuidade da luta consolidada, o apoio da sociedade ao movimento.

5 – A protelação de resposta concretas a nossas reivindicações, por parte do governo, objetiva:

5.1 – Cansar, desgastar e dividir o movimento para poder oferecer-lhe o mínimo possível como atendimento às reivindicações da greve;

5.2 – Dificultar a continuidade da greve em caso de uma proposta inaceitável para o movimento;

6 – Os docentes compreendem, claramente, que os atuais 41 dias de greve representam um grande esforço de luta que não pode ser desmobilizado sem conquistas efetivas, para os professores e a Universidade Pública e Gratuita;

7 – Mais do que nunca, a força da nossa greve é a garantia real com que contamos para tornar vitoriosas as nossas reivindicações.

O CONAD recomenda que as ADs intensifiquem as discussões sobre a reestruturação da universidade especialmente o anteprojeto de lei a ser proposto pela ANDES, ao tempo em que alerta para a possibilidade do governo retomar esta questão após a greve das autárquicas.

(relatório aprovado por unanimidade)

2 – RELATÓRIO DAS FUNDAÇÕES

Os docentes das IES fundacionais centraram suas discussões na análise dos processos eleitorais de suas universidades e no repúdio ao enquadramento dos professores Antônio Ibañez Ruiz e Carlos Alberto Lima Torres, respectivamente, atual presidente e ex-diretor da ADUnB, e de três estudantes – um dos quais presidente da UNE – na Lei de Segurança Nacional.

Não foi esquecido, porém, o projeto de equiparação dos docentes e servidores das IES autárquicas aos seus colegas das fundações e o possível prejuízo que tal projeto poderá trazer aos professores das IES.

No tocante ao primeiro ponto, constatou-se que, de um modo geral, foi cumprida a decisão do Congresso da ANDES de Piracicaba, que recomendava às ADs a efetivação e o controle dos processos eleitorais, em conjunto com os demais setores da comunidade acadêmica, ou isoladamente.

Cada AD, dentro de sua particularidade, organizou e levou a cabo o processo de escolha de lista sêxtupla, constantando-se um avanço dos docentes na participação dos processos decisórios.

Além disso, os professores das IES fundacionais propuseram, e o CONAD aprovou por unanimidade, moção de repúdio ao enquadramento dos professores e estudantes da UnB na LSN, exigindo o imediato encerramento dos processos.

A greve das autarquias federais mereceu o apoio dos docentes das fundações, assim como estes manifestaram sua preocupação com o projeto de equiparação a ser proposto pelo MEC, declarando-se, desde já, em **estado de alerta**.

Sobre este assunto, o setor elaborou as seguintes considerações:

1 – a intenção publicamente manifesta pelo MEC em várias oportunidades de encaminhar ao Congresso Nacional um projeto de equiparação salarial entre docentes e servidores das IES Autárquicas Fundacionais que pressupõe o congelamento de parte dos salários dos professores das IES fundacionais;

2 – a posição inequívoca das IES Federais Autárquicas, através das Assembléias Gerais e do Comando Nacional de Greve, de não aceitar o projeto de equiparação proposto pelo MEC, como forma de atendimento de suas justas reivindicações salariais;

3 – a posição já assumida no Congresso da ANDES pelo setor fundacional de que não assistirá passivamente a uma nova investida contra os salários dos professores já profundamente achatados pelos índices impostos pela legislação salarial de arrocho;

4 – a insatisfação e a revolta que tomaram conta dos docentes que trabalham nas IES fundacional, quando da divulgação oficial da versão do MEC para o projeto de Equiparação;

5 – a posição já assumida pelas Assembléias dos docentes das Fundações de Sergipe, Brasília, São Carlos e Acre de indicar a greve nacional dos professores das Fundações caso o MEC persista no seu intento de enviar o projeto de equiparação ao Congresso.

DELIBERAÇÕES

1 – Reiterar seu incondicional apoio às reivindicações dos colegas das IES autárquicas e à greve Nacional em andamento, entendendo que há recursos mais do que suficientes do tesouro para pagamento dos índices solicitados.

2 – Criação de Comissão salarial conjunta encarregada de estabelecer critérios de fixação de níveis de remuneração (levando em conta as questões de isonomia e piso salarial) e elaboração de propostas de anteprojeto de lei, no prazo máximo de 20 dias.

3 – Desenvolver estudos no âmbito das ADs para a deflagração de uma das perdas salariais desde 1979, provocadas pela aplicação dos Decretos-Lei de arrocho salarial.

4 – Indicar para as Assembléias das ADs das IES fundacionais a serem realizadas na próxima semana, a proposta de greve nacional a ser deflagrada no início do segundo período letivo de 1984, caso o projeto de equiparação a ser divulgado venha a prejudicar os docentes das fundações .

5 – Solicitar à diretoria da ANDES que oficie imediatamente ao MEC as decisões tomadas no presente CONAD, cobrando o compromisso público da Sr^a Ministra de não encaminhar qualquer projeto ao Congresso, antes que seja analisado pela ANDES, no prazo máximo de trinta (30) dias.

6 – As Fundações declaram-se em estado de alerta, promovendo reuniões e discussões permanentes com os professores, com o objetivo de preparar a mobilização da categoria, buscando articulação com os servidores.

(relatório aprovado por unanimidade).

3 – RELATÓRIO DAS PARTICULARES

O Setor das IES Particulares deliberou aderir à luta em defesa da universidade, não só apoiando política e materialmente, dentro do possível, a greve das autarquias, mas também, colocando internamente, para a discussão nas ADs, as questões que merecem ser prioritariamente debatidas e atacadas, na perspectiva da defesa do ensino público e gratuito.

Neste sentido, além da proposta de um dia nacional de **mobilização em defesa da universidade** – extensivo a todas as ADs – o setor deliberou retomar as lutas por melhores condições de trabalho e melhores salários, assim como voltar a debater as questões ligadas às verbas públicas para as IES particulares, especialmente no que se refere aos mecanismos de controle das verbas já existentes.

O setor entendeu que o processo de democratização das IES particulares é o ponto crucial na defesa da universidade, na perspectiva apontada pela ANDES, e que a nossa maior participação neste sentido é função da nossa organização interna. Por isso, os professores das IES particulares deliberaram os seguintes pontos:

1 – Reorganização do GT Particulares entendendo que a maior expressividade do setor do movimento docente nacional se embasou no trabalho efetivo do GT.

2 – Realização do 2º Encontro Nacional ADs/SINPRO em 8 e 9 de setembro em Campinas. A coordenação ficará a cargo do SINPRO/Campinas e da Regional da ANDES – SP. Pauta básica:

- Relação ADs/SINPROs
- Campanhas Unificadas

3 – Realizar a próxima reunião do GT no dia 7 de setembro em Campinas – SP.

4 – Desencadear já a luta por 100% do INPC nos reajustes salariais do 2º semestre.

5 – Publicação no próximo boletim da ANDES de uma matéria sobre a perda salarial dos docentes das IES particulares e alternativas de luta contra a legislação salarial e pela recomposição do poder aquisitivo da categoria. Divulgar também a reunião do GT e o Encontro ADs/SINPROs.

6 – Preparar a sistematização das diversas experiências de acordos sindicais e internos apontando a necessidade de definir uma pauta mínima unificada de reivindicações.

7 – Avaliar e avançar na implementação da Política de Verbas Públicas nas IES particulares, especialmente no que diz respeito aos mecanismos de controle pela comunidade das verbas já existentes.

(relatório aprovado por unanimidade).

DESTAQUE:
DIA NACIONAL DE MOBILIZAÇÃO EM DEFESA DA UNIVERSIDADE

Por proposta dos docentes do setor das IES Particulares, posteriormente assumida pelas demais ADs dos outros setores, foi deliberado pelo IX CONAD a realização de **um dia nacional de luta em defesa da universidade**, durante a qual seriam realizadas manifestações e debates em cada IES, bem como seria promovida campanha de recolhimento de recursos para o **fundo de Greve das autarquias**. Nos locais onde fosse possível as manifestações em defesa da Universidade deveriam ser acompanhadas de **paralisação de atividades**.

O CONAD deliberou, ainda, confeccionar um texto-bônus, a ser usado na campanha de recolhimento de fundos para a greve, do qual constariam os principais eixos de nossa luta em defesa da Universidade.

Em linhas gerais, são as seguintes as deliberações do CONAD sobre o tema:

Realização de um dia nacional de luta em defesa da universidade a 28 de junho, com dois eixos:

- 1 – Solidariedade à greve dos companheiros das Federais Autárquicas.
- 2 – Luta pela democratização da UnB, UNESP e UFSCAR.

Durante esse dia serão realizados debates, assembléias e paralisação onde foi possível.

Será discutido, também, nas IES particulares, estaduais e fundações, um documento bônus, com o objetivo de esclarecer o caráter dessas lutas e de angariar recursos para o comando de greve das federais autárquicas.

(destaque aprovado por unanimidade)

4 – Relatório das Estaduais

O CONAD constatou a ausência das ADs do Setor das estaduais. As duas únicas ADs presentes redigiram documento no qual lamentam a ausência das demais: A íntegra deste documento, aprovado por unanimidade é a seguinte:

“As delegadas das ADs estaduais presente ao IX CONAD (ADUEL – Londrina e APREFES – Joinville) **lamentam** a ausência das ADs do setor, tendo em vista que este fato impediu a discussão ampla de problemas comuns, por exemplo, estruturação da carreira, eleição em todos os níveis dentro da universidade etc, e apresentação de propostas concretas visando lutas conjuntas neste setor. Em função disto, as delegadas destas ADs participaram das discussões e deliberações junto ao setor das Fundações Federais.”

Além disso, foi delegado à diretoria da ANDES a elaboração de um documento que manifesta as ADs estaduais o sentimento unânime das demais associações quanto à necessidade da participação das mesmas na luta em defesa da Universidade.

Mais do que esta exortação, porém, o CONAD deliberou repensar as razões do afastamento.

Deverá ser avaliado o porquê do não estabelecimento de uma política efetiva para o setor. As estaduais deverão analisar a validade de serem consideradas um setor à parte, ou se, ao contrário, deveriam incorporar-se aos setores das autarquias ou fundações.

(o relatório foi aprovado, com estes destaques, por unanimidade).

TEMA IV – QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS DA ANDES

Relatório dos Grupos: 1, 2 e 3

Após debates sobre a importância política deste tema e da situação financeira da ANDES, foram apresentadas as seguintes propostas:

I – FINANÇAS E CONTRIBUIÇÕES À ANDES

1 – Que a tesouraria da ANDES agilize o sistema de cobrança junto às ADs em atraso, através dos seus próprios mecanismos e das vice-presidências Regionais (Grupos 1 e 2)

2 – Que se discuta politicamente o atraso no pagamento das contribuições (grupo 3)

3 – Que haja uma discussão nas ADs em torno da importância do aumento da mensalidade e que haja indicativo de piso mínimo das mensalidades (grupo 1).

4 – Que seja estudada uma referência para definição das contribuições dos associados e um percentual para a ANDES (Grupo 1 e 3).

5 – Que a ANDES retome a utilização do sistema de “Carnes” como mecanismo de maior controle das contribuições das ADs e que as ADs encaminhe cópia das contribuições para os vice-presidentes regionais além da tesouraria. (grupo 1).

6 – Quanto ao reajuste das contribuições à ANDES:

a) que seja mantida a contribuição de Cr\$ 500,00 até o próximo Congresso (grupo 1 e 3).

b) que o valor da contribuição seja estipulado considerando as condições das ADs (grupo 3).

c) que seja estabelecido o reajuste semestral, a ser vigorado a partir de outubro/84 com base no índice de 100% do INPC e que o próximo Congresso delibere sobre o sistema permanente (prazo, índice etc) de reajuste das contribuições (grupo 2).

7 – Que a tesouraria da ANDES no próximo Congresso apresente um orçamento real, com previsão orçamentária fornecendo base para a discussão do critério para os próximos reajustes. (grupo 2)

8 – Que a tesouraria da ANDES estabeleça uma política financeira para a entidade contendo:

a) alto financiamento do Boletim da ANDES.

b) fontes alternativas de captação de recursos através de:

- inscrição e reconhecimento da ANDES e ADs como entidade de utilidade pública para que possam se candidatar a receber doações e subvenções parlamentares e/ou casas legislativas;

- promoção de cursos com a colaboração dos docentes em cobrança de taxas a ser revertida à ANDES;

- solicitação de financiamento às entidades tipo CAPES, CNPq, FINEP e outras para a realização de simpósios, pesquisas, publicações, reuniões e outros;

- solicitação as casas legislativas de subvenções e auxílios na forma de passagens aéreas, patrocínio de promoção ou promoção de atividades, impressos de boletins, livros relatórios. (grupo 2)

9 – Quanto a questão de seguradora:

a) esta proposta deve ser muito bem estudada face às circunstâncias éticas que representa a definição de um contrato com a ANDES, deve ser deliberado no próximo congresso (grupo 2)

b) que o contrato seja definido no âmbito das ADs (grupo 3)

c) que o convênio seja feito em termos financeiros cabendo a AD à administração dos recursos (grupo 3)

d) o convênio deve ser feito desde que não comprometa a autonomia das entidades (grupo 3)

II – Quanto ao local de realização de CONGRESSO e CONAD:

1 – que o congresso seja realizado em local que proporcione o menor custo para as ADs (grupo 3).

2 – que a critério de menor custo seja observado para as reuniões de diretoria e congresso, mas, para os CONADs observe-se critérios políticos (grupo 2).

3 – proposta de realização do próximo CONAD – CUIABÁ no final de setembro ou início de outubro. Quanto ao próximo congresso foi apresentada a sugestão de Salvador.

GRUPOS 1 e 2

PROPOSTA DE POSICIONAMENTO POLÍTICO NA CONJUNTURA NACIONAL

Os docentes universitários reafirmam o seu compromisso com as “eleições diretas já”, porque entendem que se constitui em base essencial para a transformação político-institucional em direção à democracia. Neste sentido, o Colégio Eleitoral indireto deve ser repudiado. Mas as ADs devem implementar discussões sobre todos os possíveis desdobramentos da situação.

É absolutamente prioritário retomar pleno **engajamento na mobilização popular** desenvolvida pelos partidos políticos de oposição, pelas organizações sindicais e da sociedade civil, sobretudo através dos Comitês Suprapartidários. Partindo de uma retomada da mobilização interna nas ADs e evitando política de cúpula.

É preciso reafirmar, portanto, a importância dos Comitês Suprapartidários em todos os níveis (nacional, estaduais, regionais e locais) constituídos inclusive, em sua maior parte, com a plena participação da ANDES.

O âmbito dos Comitês Suprapartidários unitários formados por partidos e entidades representantes do movimento sindical popular representa o foro privilegiado para se definir as discussões políticas em torno de diretas, inclusive aquelas surgidas no plano dos partidos e, por iniciativa dos mesmos, encaminhada aos Comitês.

Há que ressaltar, porém, a autonomia da ANDES e do movimento docente na discussão de quaisquer questões que julgar importante. Sendo que a Diretoria deve contar com voto de confiança para tomada de decisões urgentes.

A ANDES deve continuar a sua prática pela unidade do movimento sindical, desenvolvida sobretudo na ação concreta, como revela a nossa participação em ambos os Congressos de S. Bernardo e Praia Grande.

Este posicionamento tem demonstrado seu acerto, através da realização de plenárias unificadas do movimento sindical e da participação de todas as correntes do mesmo nos Comitês Suprapartidários, como forma concreta de interferir politicamente na realidade do país.

Além disso, a questão de uma greve geral conforme proposta na Plenária Unificada reunida em São Paulo dia 16/6 da CUT, CONCLAT, CONFEDERAÇÃO E ANDES, exige uma discussão junto às categorias desembocando necessariamente em plenárias unificadas. Inclusive para se definir o caráter dessa Greve Geral.

Examinando o Programa Mínimo para aceitação de um candidato a presidente da república, o IX CONAD verificou a necessidade de ser acrescentado um oitavo item sobre Política Educacional:

ENSINO PÚBLICO E GRATUITO, para todos em todos os níveis.

- a) expansão da rede pública de ensino.
- b) congelamento das vagas na rede particular de ensino.
- c) democratização da universidade em condição para torná-la um instrumento a serviço dos interesses dos trabalhadores e da maioria da população brasileira.

Esse programa deve ser levando a toda a população para discussão.

Em face do papel já desempenhado pela ANDES, seja nos comitês Suprapartidários, seja na e pela unidade na ação sindical, enquanto representação nacional de movimento docente, recomenda às ADs, discutir e desenvolver propostas quanto à Universidade, à política educacional e cultural, à inserção do movimento docente no movimento sindical e quanto às questões gerais – que se referem aos interesses populares e dos trabalhadores.

Especificamente o IX CONAD ressalta a importância das seguintes lutas gerais:

- a – Luta pelo salário mínimo real.
- b – Luta pela definição de teto salarial máximo vinculado ao mínimo real.
- c – Luta pela derrubada do decreto 2.065
- d – Implementação de emenda São Calmon
- e – Luta pela implementação de creches conforme previsto em lei.

O IX CONAD reafirma que a ANDES e as ADs devem ter direito a voto em reuniões de entidades sindicais e sugere que as associações sejam consideradas equivalentes aos sindicatos na definição dos critérios de participação em congressos.

Estas propostas devem se inserir nos programas políticos unificados desenvolvidos seja no âmbito suprapartidário, seja no plano sindical e da sociedade civil.

TEMA IV – QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS DA ANDES

Plenária: 24/6/84

Mesa: Carlos Martins, Emmanuel Appel, Wolfgang L. Maar, Márcio de Oliveira

DELIBERAÇÕES

A) FINANÇAS E CONTRIBUIÇÕES A ANDES

1. Que a Tesouraria da ANDES agilize o mecanismo do sistema de cobrança junto às ADs em atraso, utilizando a colaboração das vice-presidências regionais;
2. Que seja feito um levantamento do quadro das ADs em atraso com o pagamento das mensalidades. De posse desse quadro, que a diretoria da ANDES, através dos vices regionais divulgue-o para o movimento docente, após contatos com as ADs em atraso procurando detectar seus problemas;
3. Que haja uma discussão nas ADs em torno da importância política do aumento e reajuste de suas mensalidades;
4. Que seja estabelecido o reajuste semestral das mensalidades, a vigorar a partir de outubro de 1984. Com base nos estudos e critérios formulados pela tesouraria da ANDES considerando as propostas apresentadas para o reajuste semestral a partir de outubro de 1984, as ADs discutirão o índice do reajuste a ser definido no próximo CONAD;
5. Que a tesouraria da ANDES apresente no próximo CONAD uma proposta orçamentária até o congresso de 1985 e ainda uma previsão orçamentária até o congresso de 1986, fornecendo subsídios para a discussão dos critérios que serão adotados para os reajustes seguintes:
6. Que a tesouraria da ANDES estude uma política financeira para a entidade. As propostas abaixo e outras que serão sugeridas pelas ADs visam a criação de fontes alternativas de captação de recursos. Devem ser remetidas, juntamente com o estudo da tesouraria, às ADs para discussão e deliberação no próximo CONAD, considerando os eixos políticos e/ou princípios do movimento docente (autonomia, democratização, ensino público e gratuito, etc):
 - autofinanciamento do boletim da ANDES;
 - inscrição e credenciamento da ANDES e das ADs como entidades de utilidade pública para que possam se candidatar a doações e subvenções parlamentares e/ou das casas legislativas;
 - promoção de cursos com a colaboração de docentes e cobrança de taxas a serem revertidas à ANDES;
 - solicitação de financiamento a institutos tipo: CAPES, CNPq, FINEP e outros, para a realização de simpósios, pesquisas, publicações, encontros ou outras modalidades;
 - solicitação às casas legislativas de subvenções e auxílios na forma de passagens aéreas, patrocínio de promoções, impressos de boletins, suplementos, livros, etc.

B) CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM A CORRETORA DE SEGUROS

- 1) O IX CONAD decidiu que este assunto será objeto de discussão e deliberação no X CONAD;

- 2) A diretoria da ANDES enviou documento às ADs expressando seu ponto de vista sobre o contrato com a corretora de seguros. Os pontos abaixo são oferecidos pelo CONAD à consideração das ADs:
- a) Esta prestação de serviços deve ser muito bem estudada face às circunstâncias éticas que representa a definição de um contrato deste tipo com a ANDES. Deve ser deliberado apenas no próximo Congresso;
 - b) Que o contrato seja definido apenas no âmbito das ADs;
 - c) Que o aditivo contratual seja feito apenas em termos financeiros cabendo as ADs e a ANDES a administração dos recursos;
 - d) Que o convênio seja feito desde que não comprometa a autonomia das ADs e da ANDES.

C) LOCAL PARA REALIZAÇÃO DE CONGRESSOS E CONADS

- 1) Que o Congresso seja realizado em local que proporcione o menor custo para as ADs;
- 2) Que o critério de menor custo seja observado para reuniões de diretoria e congresso, mas para os CONADs observem também critérios políticos;
- 3) Que a partir do x CONAD todas as ADs filiadas participem do rateio das passagens. Esta proposta deve ser discutida pelas ADs para deliberação no próximo CONAD;
- 4) Foi aprovada proposta de realização do próximo CONAD, o décimo, em Cuiabá e em princípio no final de setembro ou início de outubro. Quanto ao próximo Congresso, o quarto, foi apresentada a sugestão de Salvador. As ADs que se propõem a sediá-lo devem remeter planos de viabilização financeira para a Diretoria da ANDES até 30 de agosto de 1984;
- 5) Foi aprovada a sugestão de que as regionais da ANDES organizem uma infraestrutura de funcionamento buscando inclusive uma forma de angariar recursos (fundo regional). Quanto aos vices-regionais que apresente um planejamento do trabalho na região e que seja realizado, no mínimo, um encontro regional por ano.

D) PRESTAÇÃO DE CONTAS PELA TESOURARIA DA ANDES

A plenária final do IX CONAD aprovou por unanimidade a prestação de contas da diretoria da ANDES no período entre o Congresso de Piracicaba e o CONAD de Belo Horizonte, onde teve lugar a posse da nova diretoria, biênio 84/86.

Belo Horizonte, 24 de junho de 1984

IX CONAD – BELO HORIZONTE – 21 A 24/6/84
ALGUMAS DELIBERAÇÕES IMPORTANTES DO CONAD PARA O SETOR DAS
FUNDAÇÕES

Obs.: Este documento apresenta deliberações do IX CONAD específica para o setor fundacional. As demais resoluções gerais ou setoriais serão encaminhadas pela Secretaria da ANDES nas Atas do CONAD.

I – CONSIDERANDO

- 1) A intenção publicamente manifesta pelo MEC, em várias oportunidades, de encaminhar ao Congresso Nacional um projeto de equiparação salarial entre docentes e servidores das IES Autárquicas e Fundacionais, que pressupõe o congelamento de parte dos salários dos professores das IES fundacionais;
- 2) A posição inequívoca das IES Federais Autárquicas, através das assembleias do Comando Nacional de Greve, de não aceitar o projeto de equiparação proposto pelo MEC, como forma de atendimento de suas justas reivindicações salariais;
- 3) A posição já assumida no Congresso da ANDES pelo setor fundacional de que não assistirá passivamente a uma nova investida contra os salários dos professores, já profundamente achatados pelos índices impostos pela legislação salarial de arrocho;
- 4) A insatisfação e a revolta que tomaram conta dos docentes, que trabalham nas IES Fundacionais, quando da divulgação oficial da versão do MEC PARA O PROJETO de Equiparação;
- 5) A posição já assumida pelas Assembleias dos docentes das Fundações de Sergipe, Brasília, São Carlos e Acre de indicar a greve nacional dos professores das Fundações caso o MEC persista no seu intento de enviar o projeto de equiparação ao Congresso.

DELIBERA:

- 1) Reiterar seu incondicional apoio às reivindicações dos colegas das IES autárquicas e à greve Nacional em andamento, entendendo que há recursos mais do que suficientes para pagamento dos índices solicitados;
- 2) A criação de Comissão Salarial conjunta encarregada de estabelecer critérios de fixação de níveis de remuneração (levando em conta as questões de isonomia e piso salarial) e elaboração de proposta de anteprojeto de lei. Esta Comissão fica a cargo do Comando Nacional de greve e da ADUnB, integrando desde já a Comissão os professores Maciel e Sadi. A Comissão tem 20 dias para preparar a proposta.
- 3) Desenvolver estudos no âmbito das ADs, para a deflagração de uma campanha salarial unificadas das Fundações, no 2º semestre/84, visando a reposição das perdas salariais desde 1979, provocadas pela aplicação dos Decretos-Leis de arrocho salarial. As ADs encaminham os estudos até 29/06 ao professor Sadi, responsável pelo setor das Fundações.
- 4) Indicar para as Assembleias das ADs das IES Fundacionais a serem realizadas na próxima semana (25/6 a 29/6) a proposta de greve nacional a ser deflagrada no início do segundo período letivo de 1984, caso o projeto de equiparação a ser divulgado venha a prejudicar os docentes das fundações.
- 5) Solicitar à diretoria da ANDES que officie imediatamente ao MEC as decisões tomadas no presente CONAD, cobrando o compromisso público da Sra. Ministra de não encaminhar qualquer projeto ao Congresso antes que seja analisado pela ANDES, no prazo máximo de (30) dias.
- 6) As fundações declaram-se em estado de alerta, promovendo reuniões e discussões permanentes com os professores com o objetivo de preparar a mobilização da categoria, buscando articulação com os servidores das universidades.

II – Realizar um “DIA NACIONAL DE LUTAS EM DEFESA DA UNIVERSIDADE”, a 28 de junho, com manifestações em todas as IES em apoio às Greves das Autarquias e da UnB e em defesa da democratização da Universidade (UFSCAR e UNESP), com indicativo de paralisação e com coleta de fundos para as greves.

III – Encaminhar a “NOTA DA ANDES SOBRE O PROCESSO DE ENQUADRAMENTO DE PROFESSORES E ALUNOS DA UnB NA LEI DE SEGURANÇA NACIONAL” à imprensa, ao advogado dos indiciados e às autoridades pertinentes.

NOTA DA ANDES SOBRE O PROCESSO DE ENQUADRAMENTO DE PROFESSORES E ALUNOS DA UnB NA LEI DE SEGURANÇA SOCIAL

Durante a imposição das medidas de emergência no Distrito Federal, em abril passado, dois professores da UnB (Antonio Ibanez Ruiz, atual presidente e Carlos Alberto Lima Torres, ex-diretor da ADUnB) e três estudantes (sendo dois da UnB e o presidente da UNE, Acildon Mattos Pae) foram indiciados em processo contra a Lei de segurança nacional sob a acusação de incitamento à desobediência e à desordem. Estes professores e alunos participaram juntamente com centenas de outros colegas, em manifestações contra a invasão e o cerco da Universidade de Brasília por forças policiais e contra a decretação das coercitivas medidas de emergência no Distrito Federal e vizinhanças.

Em que pese a inexistência de objeto de acusação, o processo continua a tramitar devido à pressão das forças responsáveis pela decretação das medidas de emergências que procuram satisfazer sua vontade repressora desta forma, uma vez que não conseguiram silenciar as vozes daqueles que se opõem ao arbítrio e à truculência.

O Conselho Nacional das Associações Docentes, reunido em Belo Horizonte, nos dias 21 e 24 de junho, denunciaram que a tentativa de enquadrar colegas nossos e estudantes na Lei de Segurança Nacional constitui um ato intolerável de intimidação e de repressão política sobre aqueles que lutam pela democratização da universidade e da sociedade brasileira, e exige imediato arquivamento do processo por absoluta inexistência de causas que inculpem nossos colegas e os estudantes indiciados.

A ANDES e as Associações dos Docentes presentes conclamam a todas as forças vivas da comunidade a que se unam contra mais este ato de violência daqueles que tentam impor a repressão e o fascismo e lutem pela efetiva vitória da democracia no país.

IV – Realizar o X CONAD em Cuiabá (ADUFMAT) em fins de setembro e começo de outubro.

V – INFORMES SOBRE O PROCESSO ELEITORAL PARA A REITORIA DAS IES FUNDAÇÕES

Cada delegado ou observador presente relatou o processo de eleição para compor a lista sêxtupla no âmbito da sua IE. Compareceram ao CONAD as seguintes ADs: ADUA, ADUFAC, ADUFPI, ADUFS, ADUFU, ADUFOP, ASPUV, ADUFMAT, ADUnB, ADUFSCAR, ADUEL, ADUC, APROFEJ, APROFURG.

ADUFMAT – Universidade Federal de Mato Grosso – o processo foi realizado em duas etapas, prévia e 2º turno. As eleições foram paritárias no 2º turno e universidade, e houve participação dos três segmentos. A lista já foi aceita pelo Colégio Eleitoral Especial (CEE) em 22/6/84.

ADUFPI – Universidade Federal do Piauí – dois turnos; as eleições foram paritárias, com participação dos três segmentos. O CEE reúne-se a 11/7 e há chances da lista ser aceita.

ADUA – Universidade Federal do Amazonas – Os três segmentos participaram das eleições por voto universal nos dois turnos. Há boas chances do CEE referendar a lista.

ADUFU – Universidade Federal de Uberlândia – os docentes votaram no âmbito dos Conselhos Departamentais, os estudantes, através do DCE e os servidores ainda o farão, através de sua entidade.

ASPUV – Universidade Federal de Viçosa – houve plebiscito entre docentes para definir a forma de participação. As eleições realizaram-se em dois (2) turnos. Só os professores votaram. Há dificuldades para aprovação da lista pelo CEE.

ADUFOP – Universidade Federal de Ouro Preto – até o momento houve uma prévia, como voto universal e participação dos três segmentos. As eleições estão previstas para a semana que vai de 25 a 29/6/84. Dificuldades para aprovação da lista pelo CEE.

ADUFAC – Universidade Federal do Acre – as eleições estão previstas para 26/6/84, tendo havido uma prévia, realizada em 12/6/84, da qual participaram professores e alunos, paritariamente, funcionários participaram do 2º turno. Grande probabilidade de o CEE homologar a lista.

ADUFS – Universidade Federal de Sergipe – no mês de abril/84, houve uma prévia, com participação de docentes e servidores. No 2º turno participaram os três (3) segmentos, sendo o voto universal, grande probabilidade de a lista ser aprovada pelo CEE a 29/6/84.

ADUnB – Universidade de Brasília – nas prévias apenas os docentes participaram. Nas eleições propriamente ditas participaram. Nas eleições propriamente ditas participaram docentes e estudantes. A UnB está em greve pela inclusão do Conselho Universitário no Colégio Eleitoral Especial e pela aceitação da lista sêxtupla.

ADUFSCAR – Universidade Federal de São Carlos – até 19/7/84 realizar-se-ão as eleições, com participação paritária dos três (3) segmentos. Já foi encaminhado ao Conselho Universitário resolução das Assembléias, quanto ao processo eleitoral: que o Conselho Universitário coordene o processo eleitoral: que o Conselho Universitário coordene o processo eleitoral, institucionalizando-o

APROFEJ – Faculdade de Engenharia de Joinville - esta instituição faz parte da Fundação Educacional de Santa Catarina (Fundação Estadual). Realizou, em 16/5/84, eleições diretas para Reitor da Fundação está marcada para 1986.

ADUEL – Universidade Estadual de Londrina – também Fundação Estadual. As eleições para Reitor estão marcadas para 1986 e a entidade docente luta pra que as mesmas sejam por processo direto e de forma paritária.

ADUC – Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Cascavel (PR) – esta instituição é uma fundação municipal. A ADUC, no momento, luta pela estadualização da Faculdade.

APROFURG – Universidade Federal de Rio Grande (RS) – realizaram-se prévias e eleições propriamente ditas. Nas prévias só houve participação docente, enquanto das eleições participaram docentes e estudantes, paritariamente. Há alguma chance de aprovação da listas sêxtupla eleita.

Sadi Dal-Rosso
Vice-Presidente e responsável pelo setor das Fundações.

FATOS IRREFUTÁVEIS SOBRE A GREVE DAS UNIVERSIDADES

Luis Pinguelli Rosa
Presidente da ANDES

A Questão dos salários na universidade

- 1) Os professores e funcionários técnicos-administrativos das universidades federais autárquicas, os médicos residentes e todos os servidores públicos federais, além de não termos reajustes semestrais que os demais trabalhadores conquistaram, recebem o reajuste relativo ao anterior já vencido em duas parcelas, a segunda delas cada vez mais atrasada.

Reajuste do ano de	1ª parcela	2ª parcela
1979	Janeiro de 1980	Março de 1980
1980	Janeiro de 1981	Abril de 1981
1981	Janeiro de 1982	Maior de 1982
1982	Janeiro de 1983	Junho de 1983
1983	Janeiro de 1984	Julho de 1984

- 2) Houve portanto a subtração pelo Governo da parcela do reajuste de um mês de salários dos servidores de cada ano, chegando-se à situação atual de atraso de um semestre inteiro (desconto semestral ao invés de reajuste semestral)

Reajuste relativo à inflação de 1983

Como seria o reajuste anual	sem o semestral	Integral em janeiro de 84
Como é hoje para trabalhadores das empresas	com o semestral	1ª parcela em julho de 84 2ª parcela em janeiro de 84
Como é hoje para os servidores públicos federais	com o desconto semestral em vigor	1ª parcela em janeiro de 84 2ª parcela em julho de 84

- 3) Tomando como base o salário de um professor ou outro servidor público federal em maio de 1982 igual a 100, o seu poder aquisitivo, calculado pelo índice geral de preços da Fundação Getúlio Vargas, reduziu-se a 42 em maio de 1984 e, pela tendência atual da inflação, será apenas igual a 35 em julho deste ano (número da ADUF Rural RJ, ASUFRSGSul, ADUFES – Luciano Varejão e B. Tadeu César artigo de J. Sabóia na Folha de São Paulo de 27/5/84).
- 4) Um professor auxilia, no nível inicial das universidades federais autárquicas com o regime de trabalho de 20 horas semanais, recebe cerca de 1,5 salários mínimo. Um professor titular no nível mais alto com 40 horas semanais e dedicação exclusiva recebe Cr\$ 1.071.000,00 enquanto que, por exemplo, em igual cargo na Universidade Estadual do Ceará receberia Cr\$ 2.522.352,00. Tomando como referência o salário de um professor em 1974 igual a 100, este reduziu-se hoje a cerca de 24.

Artigo enviado ao Jornal do Brasil após o seu último editorial contra a greve

DISPONIBILIDADE DE RECURSOS

1) A arrecadação federal em 1983 deu um superávit de 675 bilhões de cruzeiros, o que é inusitado, pois não cabe ao governo ter lucro. A receita da União naquele ano foi de 8,469 trilhões de cruzeiros, tendo sido transferido para as estatais 3,580 trilhões de cruzeiros (Walter Melo, Jornal de Brasília de 6/5/84).

2) Está havendo um superávit na arrecadação de 1984 que deverá dar um aporte de recursos adicionais de mais de 10 trilhões de cruzeiros. Para onde vai este dinheiro? A receita no primeiro trimestre elevou-se em 212%, gerando um excedente de 1,9 trilhão de cruzeiros, dos quais 1,6 trilhão foi transferido do orçamento fiscal para o orçamento monetário para cobertura de encargos de operações financeiras, ORTN, etc. (João Sabóia, Folha de São Paulo, 25/5/84).

3) Somados, os “rombos” dos grupos financeiros privados (Capemi, Coroa Brastel, Economisa, Haspa, etc), com índice de operações fraudulentas, coberto com recursos transferidos do tesouro federal atingem a ordem de centenas de bilhões de cruzeiros, enquanto que a despesa mensal para conceder os 64,8% de reposição salarial dos salários de 33.765 professores e 52.361 funcionários (Jornal do Brasil, 10/6/84), assumindo salários médios de 600 e de 120 mil cruzeiros respectivamente, é da ordem de 16 bilhões de cruzeiros por mês. Tomando todo o segundo semestre e fazendo incidir sobre a reposição o INPC de cerca de 68%, a despesa seria da ordem de 200 bilhões de cruzeiros adicionais no ano, inferior ainda aos rombos cobertos com o dinheiro público.

4) A Constituição vigente, nela incorporada a Emenda João Calmon em 1983, autoaplicável (Caio Tácito, parecer do CFE), manda dar 13% da arrecadação dos impostos à educação do orçamento de 20,7 trilhões de cruzeiros de receita tributária para 1984, cerca de 14 trilhões provinham de impostos. Adicionando cerca de 7 trilhões da parte dos impostos no excesso de arrecadação, teríamos 21 trilhões, 13% dos quais correspondem a 2,7 trilhões. Logo, mesmo somando-se 1,2 trilhão do orçamento do MEC para 1984 a cerca de 0,6 trilhão suplementar recentemente anunciado (Jornal do Brasil, 29/5/84), ainda faltaria cerca de 0,9 trilhão de cruzeiros para cumprir a Constituição. Para burlá-la, a SEPLAN procura distorcer o espírito da lei para abranger a chamada “função educação e cultura”, que inclui até verbas para os ministérios militares.

5) A despesa do MEC é da ordem de 1 bilhão de dólares no ano. Apenas o Programa Nuclear oriundo do acordo com a Alemanha, de 8 reatores de 1,3 trilhão de KW, totalizando 10,4 milhões de KW a 3000 dólares por KW (custo de Angra II, por baixo), implicaria, se fosse realmente cumprido, em um dispêndio de mais de 30 bilhões de dólares previstos inicialmente em 15 anos. Itaipu custou cerca de 14 bilhões de dólares em pouco mais de 10 anos. Logo, a questão é dar prioridade à educação.

A QUESTÃO DAS VERBAS PARA A UNIVERSIDADE

1) A despesa realizada pelo MEC em 1982 foi de cerca de 391 bilhões de cruzeiros, segundo o Balanço Geral da União publicado pelo Tribunal de Contas. Com os índices da inflação de 211% em 83 (Fundação Getúlio Vargas), e de 170% em 84 (estimativa) o valor acima corresponderia em 1984 a cerca de 3,283 trilhões de cruzeiros.

2) O orçamento do MEC para 1984 foi, entretanto, de 1,257 trilhões de cruzeiros (Diário Oficial de 9/12/83), ou seja, 38% do que deveria ser para manter o nível da despesa de 1982, como conseqüência:

- equipamentos de laboratórios se deterioraram,
- experiências científicas se interrompem,
- bibliotecas científicas se interrompem,
- bibliotecas se desatualizam,
- hospitais não têm meios de atendimento,
- grupos formados em até 20 anos estão sendo desfeitos em 2 anos.

3) Usando dados da UNESCO, tomando a relação entre despesas públicas com educação e produto nacional bruto, o Brasil fica em 77º lugar entre todos os países do mundo, embora seja o 9º em produto nacional bruto. Tomando dados relativos a 1978 da World Priorities (George F. Kennan) o Brasil é o 8º país da América Latina em despesas públicas per capita (US\$ 55) atrás de Barbados, Venezuela, Trinidad, Tobago, Costa Rica, Cuba, Jamaica e México. É o 15º em percentual da população em idade escolar na escola. Para se ter uma idéia, a despesa pública com educação nos Estados Unidos é US\$ 565 per capita.

4) Segundo os balanços gerais da União (Tribunal de Contas) a despesa federal com o MEC, em valores deflacionados pelo índice geral de preços, tem decrescido nos últimos anos, exceto nos dois anos que se seguiram às greves vitoriosas de 1980 e 1981.

Ano	Despesa com o MEC Cr\$ correntes	Inflação IGP	Despesas com o MEC Cr\$ de 1978
1978	23,7 bilhões	40,8%	23,7 bilhões
1979	38,3	77,2%	21,6
1980	73,3	110,2%	19,6
1981	172,5	95,2%	23,7
1982	391,3	99,7%	26,3
1983	800 §	211,0%	19,0

§ ainda não publicado pelo Tribunal de Contas; estimado.

5) Considerando as verbas para manutenção das universidades federais excluídas as de pessoal e investimento, o valor rela máximo ocorreu em 1981 (documento do Conselho de Reitores) e foi de 14,9 bilhões de cruzeiros, hoje equivalentes a cerca de 250 bilhões; esta verba no orçamento de 1984 foi reduzida a 65,8 bilhões, agora suplementados com 28 bilhões totalizando apenas 93,8 bilhões de cruzeiros.

NOTA DA CPPD SOBRE A PORTARIA Nº 202

Os membros da Comissão Permanente de Pessoal Docente da UFMG, ao receberem em maio do corrente ano, a Portaria nº 202 assinada pela Ministra da Educação Ester de Figueiredo Ferraz, houveram por bem levar ao conhecimento da comunidade universitária o teor deste texto legal, assim como seu posicionamento referente às alterações substantivas que dela decorreu para a Política do Pessoal Docente, no âmbito das universidades autárquicas.

A referida Portaria centraliza na Secretaria da Educação Superior e na Secretaria Geral do MEC a supervisão das seguintes atividades realizadas pela CPPD:

- 1 – atribuição e alteração do regime de trabalho;
- 2 – carga didática semanal média dos docentes de cada departamento, tendo em vista suas peculiaridades;
- 3 – implementação do processo de acompanhamento e avaliação das atividades de magistério;
- 4 – progressão vertical na carreira do magistério;

Esta supervisão se fará de acordo com normas estabelecidas pelo MEC e em consonância com a existência de disponibilidade orçamentária. As alterações de regime de trabalho que implicarem em recursos orçamentários adicionais terão a partir desta data, sua apreciação final realizada no MEC. Esta decisão, torna inviável qualquer planejamento institucional e individual a curto prazo.

Neste sentido, lembramos aos colegas que nos últimos três anos a forma de atuação da CPPD junto aos departamentos e destes junto à CPPD tem-se constituído num intercâmbio permanente, que muitas vezes mesmo com conflitos, vem contribuindo de forma fundamental para o conhecimento aprofundado das especificidades e diferenças existentes nas diversas áreas desta Universidade.

Dessa prática resulta um discernimento e uma compreensão maior de ambas as partes na delimitação da política de pessoal docente que desejamos implantar nesta Universidade.

Nesse período, fizemos visitas constantes a todos os departamentos e unidades para troca de opiniões e levantamento de informações relativas aos problemas em questão; estabelecemos intensa discussão sobre os critérios de progressão vertical e cumprimentos dos regimes de trabalho; recebemos visitas de docentes e chefes de departamentos nas reuniões da CPPD, reuniões estas sempre abertas à participação de colegas de dedicação exclusiva, por acreditarmos que tal regime resulta em maiores benefícios para a Universidade.

Depois de três anos de funcionamento das CPPDs, infelizmente o MEC não se deu ao trabalho de discutir e avaliar os resultados obtidos, não entrando sequer uma vez em contato com as Universidades e, intempestivamente baixando afora a portaria 202/84.

Baseado na nossa experiência e na importância cada vez mais evidente das inter-relações entre CPPD e departamentos visando a definição de linhas gerais e de critérios peculiares de uma política de pessoal docente, queremos tornar pública nossa preocupação pela perda do domínio e da posse desse processo, na medida em que o MEC retira de nossas mãos e de nossas cabeças tanto a sua colaboração quanto por consequência os benefícios advindo da possibilidade de a elaborarmos nós mesmos.

Diante de tais fatos, os professores rejeitam essa portaria tal como colocada, por ela ferir a autonomia das universidades na definição de sua política de pessoal docente e implicar num retrocesso do processo em franco desenvolvimento no âmbito da UFMG.

Repudiamos tal portaria, por julgarmo-nos já suficientemente maduros e autônomos para pensar e exercer uma política de pessoal docente da forma responsável.

Não necessitamos de tutores que venham nos dizer o que fazer e como fazê-lo neste campo.

Se cometermos algum erro, temos a consciência de que por aproximações sucessivas realizaremos as mudanças necessárias para alcançarmos os objetivos almejados. Reiteramos nossa convicção de que nesse processo de mudança, para a implantação de uma política de pessoal docente, a participação efetiva e a atuação constante dos docentes nos departamentos e nos colegiados superiores da própria UFMG devem-se ampliar cada vez mais ao invés de serem limitadas, distorcidas e submetidas a “normas de comportamento” ditadas de Brasília.

Belo Horizonte, 23 de junho de 1984.

Companheiro,

Nos balancetes apresentados pela gestão passada, até 31 de maio de 1984, esclarecimentos deve ser feitos. E, baseados nestes esclarecimentos, uma proposta para a mensalidade das ADs à ANDES – será efetivada.

1) o superávit apresentado, de Cr\$ 1.689.815,99, conforme foi explicado em documento analítico anterior enviado às ADs, é fictício. A contabilidade, como todo instrumento técnico, tem suas limitações: a conta bancária no dia 31/5/84 apresentava realmente este saldo. Entretanto as dívidas acumuladas com diretores que não mandaram até este dia suas prestações de contas, com passagens aéreas compradas, em contas telefônicas, etc, e muito superam esta quantia;

2) Se o déficit real é pequeno no final da gestão, precisamos ter claro as conseqüências políticas de uma série de atividades que deixaram de ser efetivas, a saber:

a) Uma edição do Boletim da ANDES, importantíssimo, deixou de circular por implicar numa despesa de cerca de 2 milhões de cruzeiros;

b) O Boletim especial de finanças foi suspenso pelo mesmo motivo, sendo substituído por explicativos enviados às ADs e não ao conjunto do movimento;

c) A Revista da ANDES substituída por um livro co-editado, esbarrou em problemas financeiros no ano passado;

d) a última reunião da Diretoria da gestão 82/84 deixou de ser realizada, comprometendo uma avaliação da gestão e a troca de experiências entre a nova diretoria e a anterior. O Presidente da Comissão Eleitoral não compareceu em Belo Horizonte por motivo de economia. Motivo: uma reunião no início da gestão, em agosto de 1982, custou de 600 mil cruzeiros, hoje custa 5 milhões e 500 mil cruzeiros (se considerarmos o prazo de 2 anos, com o novo reajuste de 20-5% das passagens aéreas em julho, o custo de uma reunião em 2 anos aumentou em mais de 10 vezes!)

e) Reuniões de Grupos de Trabalho não foram realizadas por absoluta falta de recursos.

Assim, e no entendimento de que a ANDES define-se pelo que realiza e garante sua existência no ritmo da atuação de seu movimento (o que nos impossibilita de cortar despesas ou reduzir gastos), a Diretoria, reunida em 22/6, considerando que, diferente de outras entidades acadêmicas ou sindicais, não recebemos qualquer outra contribuição que não as dos associados e a inflação encontra-se na cada dos 240% a.a. e, ainda, a delegação do III Congresso (Piracicaba) a este IX CONAD para a definição do reajuste das mensalidades, propor que a partir de outubro/84 os reajustes sejam semestrais e automáticos (outubro/abril) segundo o INPC do período, pois só assim conseguiremos manter o ritmo e o peso das atividades da ANDES, garantindo e ampliando o espaço que ocupamos na sociedade civil. E, ainda, só assim teremos possibilidades concretas de implantar uma política financeira e elaborar uma previsão de despesas para a entidade.

A DIRETORIA

ROTEIRO DE DISCUSSÃO PARA UM POSICIONAMENTO POLÍTICO NA CONJUNTURA NACIONAL

1 – Os docentes universitários reafirmam o seu compromisso com as “eleições diretas já”, porque entendem que se constitui em base essencial para a transformação político-institucional em direção a democracia. Neste sentido, o Colégio Eleitoral indireto deve ser repudiado.

É absolutamente prioritário o pleno engajamento na mobilização popular desenvolvida pelos partidos políticos de oposição pelas organizações sindicais e da sociedade civil sobretudo através dos Comitês Suprapartidários.

É preciso reafirmar, portanto, a importância dos Comitês Suprapartidários em todos os níveis (nacional, estaduais, regionais e locais) constituídos inclusive, em sua maior parte, com a plena participação da ANDES.

2 – O âmbito dos Comitês Suprapartidários unitários representa o foro privilegiado para se definir as discussões políticas em torno das diretas, inclusive aquelas surgidas no plano dos partidos e, por iniciativa dos mesmos, encaminhada aos Comitês.

Há que ressaltar, porém, a autonomia da ANDES e do movimento docente na discussão de quaisquer questões que julgar importante.

3 – A ANDES deve continuar a sua prática pela unidade do movimento sindical, desenvolvida sobretudo na ação concreta, como revela a nossa participação em ambos os Congressos de São Bernardo e Praia Grande.

Este posicionamento tem demonstrado seu acerto, através da realização de plenárias unificadas do movimento Sindical e da participação de todas as correntes do mesmo nos Comitês Suprapartidários, como forma concreta de interferir politicamente na realidade do país.

Além disso, a questão de uma greve geral conforme proposta na Plenária unificadas CUT, CONCLAT, CONFEDERAÇÕES E ANDES, exige uma discussão junto às categorias desembocando necessariamente em plenárias unificadas.

4 – Em face do papel já desempenhado pela ANDES, seja nos Comitês Suprapartidários, seja na e pela unidade na ação sindical, enquanto representação nacional do movimento docente, cabe desenvolver propostas quanto à Universidade, à políticas educacional e cultural e quanto às questões gerais – que se referem aos interesses populares e dos trabalhadores.

Estas propostas devem se inserir nos programas políticos unificados desenvolvidos seja no âmbito suprapartidário, seja no plano sindical e da sociedade civil.

A DIRETORIA DA ANDES

Belo Horizonte, 22/junho/1984

GRUPOS 1 e 2

PROPOSTA DE POSICIONAMENTO POLÍTICO NA CONJUNTURA NACIONAL

1 – Os docentes universitários reafirmam o seu compromisso com as “eleições diretas já”, porque entendem que se constitui em base essencial para a transformação político-institucional em direção à democracia. Neste sentido, o Colégio Eleitoral indireto deve ser repudiado. Mas as ADs devem implementar discussões sobre todos os possíveis desdobramentos da situação.

É absolutamente prioritário retomar pleno **engajamento na mobilização popular** desenvolvida pelos partidos políticos de oposição, pelas organizações sindicais e da sociedade civil, sobretudo através dos Comitês Suprapartidários. Partindo de uma retomada da mobilização interna nas ADs e evitando política de cúpula.

É preciso reafirmar, portanto, a importância dos Comitês Suprapartidários em todos os níveis (nacional, estaduais, regionais e locais) constituídos inclusive, em sua maior parte, com a plena participação da ANDES.

2 – O âmbito dos Comitês Suprapartidários unitários formados pelos partidos e entidades representantes do movimento sindical popular representa o foro privilegiado para se definir as discussões políticas em torno das diretas, inclusive aquelas surgidas no plano dos partidos e, por iniciativa dos mesmos, encaminhada aos Comitês.

Há que ressaltar, porém, a autonomia da ANDES e do movimento docente na discussão de quaisquer questões que julgar importante. Sendo que a Diretoria deve contar com voto de confiança para tomada de decisões urgentes.

3 – A ANDES deve continuar a sua prática pela unidade do movimento sindical, desenvolvida sobretudo na ação concreta, como revela a nossa participação em ambos os Congressos de S. Bernardo e Praia Grande.

Este posicionamento tem demonstrado seu acerto, através da realização de plenárias unificadas do movimento sindical e da participação de todas as correntes do mesmo nos Comitês Suprapartidários, como forma concreta de interferir politicamente na realidade do país.

Além disso, a questão de uma greve geral conforme proposta na plenária unificada reunida em São Paulo dia 16/6 da CUT, CONCLAT, CONFEDERAÇÃO E ANDES, exige uma discussão junto às categorias desembocando necessariamente em plenárias unificadas. Inclusive para se definir o caráter dessa Greve Geral.

Examinando o Programa Mínimo para aceitação de um candidato a Presidente da República, o IX CONAD verificou a necessidade de ser acrescentado um oitavo item sobre Política Educacional:

ENSINO PÚBLICO E GRATUITO, para todos os níveis

a – expansão da rede pública de ensino

b – congelamento das vagas na rede particular de ensino

c – democratização da universidade como condição para torná-la um instrumento a serviço dos interesses dos trabalhadores e da maioria da população brasileira.

Esse programa deve ser levado a toda população para discussão.

4 – Em face do papel já desempenhado pela ANDES, seja nos Comitês Suprapartidários, seja na e pela unidade na ação sindical, enquanto representação nacional de movimento

docente, recomenda às ADs, discutir e desenvolver propostas quanto à Universidade à política educacional e cultural, à inserção do movimento docente no movimento sindical e quanto às questões gerais – que se referem aos interesses populares e dos trabalhadores.

Especificamente o IX CONAD ressalta a importância das seguintes lutas gerais:

- a – Luta pelo salário mínimo real.
- b – Luta pela definição de teto salarial máximo vinculado ao mínimo real.
- c – Luta pela derrubada do decreto 2065.
- d – Implementação de emenda São Calmon.
- e – Luta pela implementação de creches conforme previsto em lei.

O IX CONAD reafirma que a ANDES e as ADs devem ter direito a voto em reuniões de entidades sindicais e sugere que as associações sejam consideradas equivalentes aos sindicatos na definição dos critérios de participação em congressos.

Estas propostas devem se inserir nos programas políticos unificados desenvolvidos seja no âmbito suprapartidários, seja no plano sindical e da sociedade civil.

Belo Horizonte, 16/6/84

Caro Colega,

Devido à greve das IES autárquicas, somente hoje foi possível a confirmação do próximo CONAD em Belo Horizonte.

Informamos que este evento terá início dia 21 de junho, quando será dado posse à nova diretoria da ANDES-SN, às 20 horas, auditório da Faculdade de Medicina (Av. Alfredo Balena, s/nº).

O IX CONAD, será realizado na Faculdade de Educação da UFMG, no campus da Pampulha, onde estaremos recebendo os colegas durante o dia 21, ou mesmo na véspera.

Estamos providenciando alojamento próximo ao local do encontro, e as refeições serão servidas no próprio local. Brevemente enviaremos outra circular detalhando novas questões.

Nosso telefone para contato é 223.75.83 de 8 às 21 horas.

Até breve e VIVA A GREVE!

COMISSÃO IX CONAD

Circular nº 3 – IX CONAD

Belo Horizonte, 15 de junho de 1984.

Caro Colega,

Em face de problemas internos na organização do CONAD informamos que houve mudança de local e o mesmo será realizado na Faculdade de Arquitetura, à Rua Paraíba, 697, esquina com Gonçalves Dias.

Para aqueles que vierem de avião, informamos que a alternativa mais econômica para chegar ao local do encontro é tomar o ônibus Aeroporto/Rodoviária. Da Rodoviária pode-se tomar um táxi (o percurso fica em torno de 2.000,00) ou dirigir-se à próxima esquina da Av. Afonso Pena e tomar o ônibus Avenida nº 2001-A ou 2001-C, descer no 1º ponto depois da Praça Tiradentes e subir dois quarteirões da Rua Paraíba (informações que servem também para os que chegarem de ônibus).

As questões relativas à alimentação e ao alojamento serão tratadas na Faculdade de Arquitetura, onde estaremos recebendo os participantes a partir da 4ª feira, dia 20. Excepcionalmente na 5ª feira, dia 21 à noite, estaremos na Faculdade de Medicina, à Rua Alfredo Balena, s/nº, onde terá lugar a Abertura do IX CONAD e posse da nova diretoria da ANDES.

Maiores esclarecimentos poderão ser obtidos no telefone 224-35-53 da Faculdade de Arquitetura (a partir de quarta-feira) ou 223-75-83, do Comando de Greve em plantão permanente.

Até breve e VIVA A GREVE!

Comissão IX CONAD

TEMA 2 PARTICULARES

“A Universidade hoje: Financiamento e democratização”

Em Defesa da Universidade

A preocupação básica do setor das IES Particulares foi e de tentar se incorporar na luta das Universidades federais autárquicas. Pensar como esta questão se coloca para a nossa realidade. Quando a questão da qualidade de ensino é que está em pauta, entendemos que essa é a preocupação de todos os setores que trabalham em educação.

Neste sentido tiramos como proposta:

- debate nas IES Particulares (dia Nacional de Apoio – 28 de junho) sobre a greve das Federais autárquicas + UnB, na tentativa de sensibilizar outros segmentos que trabalham em Educação para a questão que esta sendo colocada.
- distribuição de um documento do setor das particulares, sobre forma de bônus com o objetivo de angariar recursos para o comando de greve das federais autárquicas visando:
 - 1 – Colocar reivindicações que as Universidades Federais autárquicas vem reivindicando;
 - 2 – Transpor algumas destas questões, para a rede das particulares, visando uma unificação do movimento (qualidade de ensino – qualificação docente, melhores condições de trabalho, etc...);
 - 3 – Fazer a ligação da questão salarial, que para nós também se coloca com a mesma violência;
 - 4 – Apontar para nossa reivindicação de 100% do INPC nos reajustes do 2º semestre.

III – Verbas Públicas para IES Particulares

- Elaboração de um documento analisando as Universidades em que, a política adotada pela ANDES, tem se imposto, impedindo que verbas públicas para pesquisa, extensão e qualificação docente não sejam manipuladas pelas mantenedoras.

IMPORTANTE

Sobre a proposta da antiga diretoria da ANDES de uma paralisação das Universidades em apoio à luta das Federais Autárquicas, nossa posição foi de que a proposta apesar de justa se inviabiliza na medida, que nossos trabalhos acadêmicos estão em fase de encerramento devido às férias ou já se encerraram. Entretanto, gostaríamos de deixar claro, que, na retomada de nossos trabalhos em agosto, estaremos juntos nessa luta que é de todos nós.

PROPOSTA DE ESTUDO SOBRE DEMOCRATIZAÇÃO (Tema 2)

Realizar levantamento a nível nacional, com base na utilização de questionários de Dossiês sobre as experiências democráticas em curso nas universidades brasileira.

Integra a temática da democratização na universidade os itens referentes a duas questões centrais:

- 1.1. Pressupostos Materiais para Gestão Democrática.
 - Garantia de participação da comunidade universitária no processo de alocação de verbas necessárias ao funcionamento dos diversos órgãos das IES.
- 1.2 – Poder Acadêmico
 - Escolha de dirigentes
 - Estrutura e Funcionamento dos órgãos
 - Titular do Poder (relação com a sociedade e com o Estado)
 - Prática de Poder (participação)
- 1.3 – Saber Acadêmico
 - Currículos
 - Extensão universitária – Pesquisa
 - Participação e Relação com alunos
 - Processo ensino-aprendizagem

2 – OPERACIONALIZAÇÃO

A ANDES recolhe as contribuições das ADs (respostas aos questionários enviadas, Dossiês, Artigos, trabalhos diversos), e, em seguida, consolida relatório que será devolvido às ADs para que, com base nestes, realize seminários referentes ao tema da democratização da universidade.

Estes seminários deverão fornecer subsídios para realização nacional sobre o tema “Democratização da Universidade”.

3 – CRONOGRAMA

- | | |
|--|--|
| Até 15/jul/84 | - Elaboração pela ANDES de 2 questionários, e envio de Dossiês para as ADs. |
| Até 15/Ago/84 | - As ADs remetem suas contribuições sobre o tema. |
| Até 15/Set/84 | - A ANDES consolida; com base nas contribuições das ADs, relatórios e o remete às ADs. |
| De 15/Set/84
Até final do
Ano Letivo | - Preparação, pelas ADs, de seminário nacional sobre a Democratização da universidade. Esta preparação será realizada conforme as possibilidades de cada AD. (Discussões em departamento e centros, seminários locais, simpósios, semanas de estudo, paines, etc...) |
| Abril/1985 | - Seminário Nacional sobre a Democratização da Universidade, organizado pela ANDES-SN.
Data, local, critérios e participação e convites a participantes, ficarão a cargo da ANDES. |

OBSERVAÇÕES

- 1 – Sugere-se às ADs e a ANDES que assegurem no processo de discussões do tema a maior participação possível dos outros segmentos da comunidade universitária.
- 2 – Sugere-se também que as ADs e ANDES assegurem a participação dos pesquisadores, que no âmbito do projeto para estudar questões pertinentes ao tema.

PROPOSTA DE ESTUDO SOBRE “FINANCIAMENTO” (Tema 2)

Existe uma grande precariedade de informações no movimento docente no que concerne o financiamento das universidades brasileiras.

A proposta que segue tem como objetivo buscar suprir esta deficiência.

PROPOSTA:

A) 1 – Que nesse CONAD seja constituída uma comissão de trabalho para fazer o estudo sobre financiamento e orçamento das diversas universidades, com recomendação de que esta comissão seja composta por companheiros de uma mesma região. Este estudo deve abranger todos os setores das Universidades Brasileiras (autarquias, fundações, particulares e estaduais).

2 – Que as ADs desenvolvam estudos sobre a situação de suas universidades:

a – buscando junto à reitoria o máximo de informações sobre elaboração de orçamento e destinação das verbas.

b – aprofundar a partir de cada unidade ou departamento, quanto é necessário para o pleno funcionamento.

OBSERVAÇÃO: que estes estudos sejam feitos utilizando o potencial humano das Universidades.

3 – Que as ADs que já desenvolveram algum estudo sobre a questão de orçamento e distribuição de verbas remetam os dados obtidos a todas as ADs e a Comissão de trabalho sobre o tema, constituída neste CONAD.

4 – As ADs se inscrevam como receptoras da revista do tribunal de conta da União para através dela obter todos os anos o orçamento global da União.

AUTARQUIAS
TEMA 3
LUTAS SETORIAIS

A primeira fase da discussão deste tema baseou-se nos informes das ADs sobre a situação da greve em cada universidade. Esses informes revelaram que esta greve tem contado com um nível de adesão e paralisação superior às greves anteriores, embora em algumas IES o nível de participação efetiva dos professores não seja considerado satisfatório, em termos de presença em assembléias ou nos trabalhos dos comandos locais de greve. A votação pela continuidade da greve por unanimidade tem sido dominante, bem como a reafirmação da pauta de reivindicações do movimento, no conjunto das assembléias. Estão sendo objeto de discussão inicial nas avaliações da greve em curso nas ADs, as seguintes questões:

Acenos constantes de balões de ensaio decorrentes de notícias não oficiais quanto ao atendimento das reivindicações; relação do movimento com as propostas do CRUB, identificação do interlocutor do governo, articulação com outros movimentos, notadamente os dos servidores técnicos-administrativos e estudantes das IES e os médicos residentes, reposição de aulas e perspectivas sobre o semestre, democratização interna, prática acadêmica, situação dos hospitais e estratégia futura da greve.

A segunda parte dedicada à avaliação da greve revelou que esta, completando, então, 39 dias e tendo experimentado pelo menos duas grandes fases (demarcadas a partir do momento em que a Ministra admitiu a possibilidade de uma solução emergencial), defronta-se até hoje com uma falta absoluta de resposta oficial à pauta de reivindicações. Os pronunciamentos apontaram pela necessidade de aumento da pressão e intensidade da luta pela reabertura de negociações na próxima semana, além de se terem registrado várias intervenções abordando questões em torno dos rumos da greve, dos limites das possibilidades ou hipóteses de respostas em algum momento às nossas reivindicações quanto a salários e verbas para as universidades, da competência e possibilidades do CONAD em relação à greve.

Depois dessas avaliações foram apresentadas e aprovadas as seguintes Deliberações sobre a greve das IES federais autárquicas, a serem enviadas para as avaliações nas Assembléias:

1 – A perspectiva atual é de continuidade da greve, pois o Governo não respondeu as reivindicações e a Ministra não cumpriu seu compromisso, assumido a partir da concentração em frente ao MEC, de propor uma solução urgente ao movimento, que não seja o projeto de lei de equiparação.

2 – É um erro considerar como certo que haja qualquer percentual de reajuste além do índice geral do funcionalismo ou que este indique seja igual ou maior do que o INPC deste semestre, por isto pode desmobilizar o movimento por causa de hipóteses ou balões de ensaio largados propositalmente para este fim.

3 – Mesmo que saia um reajuste além do índice geral do funcionalismo ou que este índice seja igual ou superior ao INPC, e isto possa ser capitalizado como conquistas do movimento, não prevê pela pauta de reivindicações.

4 – Qualquer que seja o reajuste salarial a ser anunciado pelo Governo, a greve deve continuar pelas verbas pois não há nenhum encaminhamento de solução para este ponto.

5 – A questão das verbas deve ser compreendida como parte essencial da luta pelo ensino público e gratuito, neste momento de mobilização pela sobrevivência da luta consolida o apoio da sociedade ao movimento.

6 – Alertamos para os objetivos buscados pelo Governo com a protelação de respostas concretas às nossas reivindicações que são:

6.1 – Tentativa de cansar, desgastar e dividir o movimento para poder oferecer-lhe o mínimo possível como atendimento às reivindicações da greve.

6.2 – Evitar que a greve continue em caso de uma proposta do Governo, com o objetivo de forçá-lo a ceder mais, como ocorreu em movimentos anteriores.

7 – Os docentes compreendem claramente que os atuais dias de greve representam um grande esforço de luta que não pode ser desmobilizado sem conquistas efetivas, para os professores e a Universidade Pública e gratuita.

8 – Mais do que nunca, a força da nossa greve é a garantia real com que contamos para tornar vitoriosas as nossas reivindicações.

B – Intensificar a luta implica em manter e aumentar a mobilização da greve, com o objetivo de aumentar a pressão política e social sobre o governo. Para tanto se deve:

1 – articular novas manifestações e ações unitárias da sociedade contra o governo e a favor da greve;

2 – aumentar a articulação com outras categorias em greve (previdência, por exemplo), ou em processo de luta; e

3 – levar novas denúncias às ruas através de atos, passeatas, concentrações, etc.

Finalmente foi aprovada a seguinte MOÇÃO:

O CONAD manifesta sua indignação diante da subserviência do governo brasileiro ao FMI, que está levando ao superachatamento salarial, à recessão e o desmantelamento da Universidade Brasileira.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DOCENTES DO ENSINO SUPERIOR – ANDES
IX CONAD – Belo Horizonte, 21, 22, 23 e 24 de junho/84

RELATÓRIO DO TEMA 3 – LUTAS SETORIAIS
PARTICULARES

COORDENADOR: LINEU (ADUNIMEP) RELATOR: JOSÉ MARIA (APUC-GO)

1 – ADS presentes:

APUC-GOIAS	- 1 delegado e 4 observadores
APROPUC-P	- 1 delegado e 1 observador
APROPUC-Campinas	- 1 delegado e 2 observadores
ADUSU-RJ	- 1 delegado e 1 observador
ADUNIMPE-Piracicaba	- 1 delegado e 1 observador
ADUNISINOS-RGS	- 1 delegado

2 – INFORMES GERAIS DAS ADS PRESENTES

2.1 – ADUSU

- o eixo de mobilização no semestre foi a Campanha das Diretas.
- retoma-se a luta pela Carreira Docente; reativa a CPCD – vários itens merecem detalhamento.
- houve eleição para a nova diretoria. Houve muita participação. Novas filiações.
- o acordo sindical foi feito e o sindicato patronal concedeu 5% de quinquênio com efeito retroativo à 79.
- não há muito envolvimento e participação do 3º grau no sindicato dos professores.
- haverá eleição em agosto no Sindicato (2º escrutínio). A chapa é de composição e dos 24 membros, 4 são do 3º grau o que permitirá uma maior participação.

2.2 – APROPUC-SP

- o eixo de mobilização foi a campanha das Diretas Já. Houve um processo interno muito grande de mobilização em torno deste eixo. Participação efetiva e expressiva nos comícios.
- neste ano haverá eleições para Reitoria. O Conselho Universitário aprovou um conjunto de normas eleitorais que restringem o processo eleitoral e são vistas como um retrocesso considerando as deliberações da Constituinte, as quais já foram incorporadas no Estatuto da Universidade.
Por exemplo, vice-reitor comunitário deve ser padre, professor com + de 5 anos na Universidade e com titulação de doutor. Há perspectiva do Conselho rever essas normas.
- a entidade dos docentes não participa do Conselho, mas foi à reunião e colocou uma posição contrária às essas normas considerando-as um retrocesso no processo democrático desencadeado pela Constituinte de 79.
- foi feito o acordo interno com a mantenedora com as seguintes novas conquistas: descontos de 25% nos cursos de pós-graduação, licença paternidade e maternidade quando da adoção de filhos, estabilidade provisória para todos os membros da Diretoria da APROPUC. Enfim renova-se o acordo interno firmado no ano anterior.

2.3 – APUC – GOIÁS

- a utilização da passagem terrestre como forma de ampliar a participação dos professores nos CONADs e nas reuniões no grande eixo Rio – São Paulo – MG. A APUC participa neste CONAD com 1 delegado e 4 observadores.
- o processo eleitoral realizado há um mês com grande e intensa mobilização. Duas chapas concorreram às eleições da AD. Aproximadamente 90% dos docentes votaram. Novas filiações foram feitas, mais ou menos 50.

- as exigências da categoria para que a entidade firme convênios de serviços (rede-assistencial). A necessidade em dinamizar a entidades e ampliar as suas bases de participação. A nova diretoria realizou duas atividades bastante elementares e provocou um impacto muito positivo: a carteira de sócio da AD e os convênios de serviços extensivos aos dependentes.

- o acordo sindical é puxado pela AD e neste sentido o acordo com a UCG joga papel importante no sentido de pressionar o sindicato patronal a realizar um acordo satisfatório para a categoria em todos os níveis. Há três anos se vai ao dissídio por única e exclusiva intransigência do Sindicato patronal. O ano passado e neste ano já foi firmado acordos com algumas escolas de 1º e 2º graus.

O acordo com a Universidade Católica é um fato importante e tem sido muito discutido pelo Sindicato Patronal inclusive o setor católico tem pressionado a Reitoria a não firmar o acordo sindical.

- o acordo deste ano não avança muito ao nível das conquistas econômicas. Estamos insistindo na conquista pela estabilidade e viabilização do plano de carreira. Houve ganhos políticos como por exemplo o reconhecimento da AD como fórum de discussão do Plano de Carreira Docente até então fechado nas instâncias da Reitoria.

- a AD precisa dinamizar o seu trabalho e isso implica em maiores receitas financeiras. É da contribuição à AD que advém a contribuição à ANDES. A contribuição aprovada no III Congresso está muito pesada. A APUC fez uma proposta à Tesouraria para que as contribuições à ANDES fossem registradas semestralmente de acordo com os aumentos das anuidades.

- a universidade aumentou aproximadamente 500 vagas nos diferentes cursos. Situação contraditória: a UFGO não preenche suas vagas e a UCG amplia as suas.

2.4 – ADUNIMEP

- o primeiro semestre muito movimentado não somente pela campanha das Diretas Já, criou-se o comitê interno, a ADUNIMEP participou do suprapartidário no âmbito do município e com participação nos comícios de SP.

- houve também as eleições para o Sindicato dos Professores de Campinas sendo que a ADUNIMEP tem três representantes na chapa única eleita.

- no SINPRO-Campinas tem se levantado a questão das relações SINPRO/AD: paralelismo ou não?

- a campanha salarial/sindical se desenvolve em dois planos: ao nível do SINPRO-Campinas que se integra ao de SP e Santos e neste sentido a pauta apresentada e levada por Campinas é sempre retomada e limitada pelas imposições da de SP e Santos. Daí se firmar um acordo bastante limitado.

- a data base 1º de março para os Acordos Sindicais continua sendo a data ruim face os períodos das férias escolares/desmobilizantes.

- o segundo plano corre ao nível do que se denomina Acordo Interno. Houve resistência da Reitoria em reconhecer a presença do SINPRO neste plano do acordo alegando que já havia sido firmado com ele o Acordo Geral.

- a AD apresentou à Reitoria uma pauta de reivindicações a qual não apresentou contra-proposta satisfatória. O movimento foi reforçado e chegou-se a discutir e deliberar a proposta de greve.

A assembléia dividiu-se embora a proposta de greve foi vencedora. Retoma-se a necessidade dos professores saírem unidos e neste sentido deflagrou-se a greve.

- quanto ao plano de carreira docente e o início do semestre seria retomado mas face à crise financeira e a instabilidade do trabalho do professor, reavaliou-se o momento e optou-se por discutir a crise. Constituiu-se uma comissão de professores para analisar concretamente a situação.

2.5 – APROPUC – C

- a AD passou por um processo eleitoral bastante intenso. Duas chapas concorreram ao pleito: uma de composição e outra articulada pela reitoria. A primeira foi vencedora.
- houve muitas novas filiações principalmente dos setores comprometidos com a reitoria.
- um dado que explica a dinamização da entidade é o fato de AD defender eleições livres e diretas de reitor a presidente e neste ano 2º semestre haverá eleições para reitor e a AD irá posicionar-se pelas diretas o que incomodará o projeto da reitoria.
- massiva participação dos professores nas eleições.
- com relação à Campanha Salarial/Sindical o processo é semelhante à ADUNIMEP, ambos na base territorial do SINPRO-Campinas.
- há três anos não se faz acordo interno. Inicia-se e sempre a reitoria no final impede a realização. Há a disposição da AD em firmar o acordo este ano mesmo que não seja tão satisfatório para que possa ter o ganho político de legitimar um acordo.
- há superávit financeiro na PUC-Campinas e a mantenedora tem ampliado o seu patrimônio construindo campus bastante gigantescos. É uma universidade com \pm 1800 alunos e 1300 professores espalhados por várias escolas, algumas longe da outra dificultando sobremaneira o trabalho de mobilização da AD.
- inicia-se a campanha por 100% do INPC para os reajustes salariais.
- quando a carreira docente, há anos que se luta por essa conquista. Por sugestão da APROPUC foi constituída uma comissão para estudar o assunto em que a AD participa.
- veicula demais o discurso do “projeto de universidade” e na “prática conclama os professores a constituí-lo “de graça”, pois não existem regimes de trabalho de tempo contínuo. Todos são horistas.
- o boicote dos estudantes no semestres passado que culminou com o rebaixamento das semestralidades veio mostrar que basicamente a receita da universidade advém das anuidades e neste sentido, descompromete a mantenedora a cumprir o seu papel de buscar outras formas de receitas que não necessariamente as anuidades.

2.6. ADUNISINOS

- o reitor é escolhido unicamente pela ordem dos jesuítas sem consultar os professores, os alunos e funcionários.
- todos os professores são horistas e trabalham por módulos.
- será constituída uma comissão para se discutir a criação e implantação dos regimes de tempo contínuo em que o professor tenha espaço para estudo, pesquisa dentro de sua própria carga horária contratual.
- está sendo encaminhada à Reitoria, via sindicato, um abaixo assinado colocando o achatamento salarial e exigindo melhores condições salariais.
- saiu o novo estatuto da carreira que cria muitas exigências e não oferecem melhorias nas condições de se cumprir as exigências estabelecidas. A passagem da categoria de auxiliar para assistente (quase o dobro do salário) e depois se estabelece uma multiplicidade de degraus.

3. ENCAMINHAMENTOS

3.1. a organização do GT/Particulares entendendo que a maior expressividade do setor no movimento docente nacional se embasou no trabalho efetivo do GT.

3.2. reafirmar a realização do 2º Encontro SINPROS/ADS – 8 e 9 de setembro – coordenação do SINPRO – Campinas e Regional da ANDES S. Paulo. Eixos básicos: Relação SINPROS/ADS e Acordos Sindicais.

3.3. realizar a próxima reunião do GT de reorganização para o dia 7 de setembro – Campinas – São Paulo.

- 3.4. desencadear a luta por 100% do INPC – reajustes salariais.
- 3.5. publicação no próximo boletim da ANDES de uma matéria sobre a perda salarial dos docentes das IES particulares, a necessidade e importância da luta por 100% do INPC – Divulgar também a revitalização do GT e o encontro SINPROS/ADS.
- 3.6. a sistematização das diversas experiências de acordos sindicais e internos apontando a necessidade de unificar e definir uma pauta mínima de reivindicações.
- 3.7. realizar um “Dia Nacional em Defesa da Universidade” a 28 de junho com manifestações em todas as IES – Particulares em apoio à Greve das Autarquias, com indicativo de paralisação e com coleta de fundos para a greve. Será veiculado um “manifesto-bonus” conforme texto anexo.

Belo Horizonte, 23/6/84.

28 DE JUNHO – DIA NACIONAL EM DEFESA DA UNIVERSIDADE
SOLIDARIEDADE DOS PROFESSORES DAS IES – PARTICULARES AOS
COMPANHEIROS DAS FEDERAIS AUTARQUICAS E DA UNIVERSIDADE NACIONAL
DE BRASILIA EM GREVE HÁ 42 DIAS

MANIFESTO - BÔNUS

A greve dos professores servidores prossegue com paralisação total das universidades federais. O MEC e o governo federal continuam insensíveis às reivindicações do movimento demonstrando o inequívoco descaso das autoridades para com a Educação neste país.

Na verdade, o que está em jogo é a sobrevivência do Ensino Público e Gratuito, alvo de sucessivos ataques pela política econômica do governo aliada aos acordos com o FMI, que impõe a redução dos gastos públicos de natureza social e resultam em arrocho e miséria para todos os trabalhadores.

Nós, professores universitários, estamos sofrendo um processo de pauperização acelerada e inédita na história recente do país e que ultrapassa todos os limites suportáveis para a categoria, sejam os servidores Federais e Estaduais, sejam os Celetistas.

Por isso estamos solidários às reivindicações centrais da greve das federais, que são também nossas:

- Por reajustes semestrais de 100% do INPC e reposição das perdas salariais acumuladas.

- Pela valorização do ensino superior, mais verbas para a educação; que o governo sustente material e financeiramente as universidades públicas e conceda recursos à pesquisa, capacitação e extensão de serviços a todos os professores.

COLABORE COM O FUNDO DE GREVE DOS PROFESSORES.

REUNIÃO CONJUNTA: AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES

22/06/84

Na reunião conjunta das autarquias e fundações sobre os temas 2 e 3 foi consensual que:
1 – as fundações incorporariam as propostas das autarquias no que concerne a financiamento de democratização (ver relatório das reuniões setoriais)

2 – adendar ao relatório das autarquias reafirmando o repúdio ao documento de equiparação salarial entre autarquias e fundações, elaborado pelo MEC.

Foram discutidas a avaliação e deliberações das fundações no tocante aos temas 2 e 3, que se seguem:

- 1) a intenção publicamente manifesta pelo MEC em várias oportunidades de encaminhar ao Congresso Nacional um projeto de equiparação salarial entre docentes das IES Autárquicas e Fundacionais que pressupõe o congelamento de parte dos salários dos professores das IES fundacionais;
- 2) a posição inequívoca das IES Federais Autárquicas, através das assembleias do Comando Nacional de Greve, de não aceitar o projeto de equiparação proposto pelo MEC, como forma de atendimento de suas justas reivindicações salariais;
- 3) a posição já assumida no Congresso da ANDES pelo setor fundacional de que não assistirá passivamente a uma nova investida contra os salários dos professores já profundamente achatados pelos índices impostos pela legislação salarial de arrocho;
- 4) a insatisfação e a revolta que tomaram conta dos docentes que trabalham nas IES Fundacionais, quando da divulgação oficial da versão do MEC para o projeto de Equiparação;
- 5) A posição já assumida pelas Assembleias dos docentes das Fundações de Sergipe, Brasília, São Carlos e Acre de indicar a greve nacional dos professores das Fundações caso o MEC persista no seu intento de enviar o projeto de equiparação ao Congresso;

DELIBERA:

- 1) Reiterar seu incondicional apoio às reivindicações dos colegas das IES autárquicas e à greve Nacional em andamento, entendendo que há recursos mais do que suficientes do tesouro para pagamento dos índices solicitados.
- 2) Criação de Comissão salarial conjunta encarregada de estabelecer critérios de fixação de níveis de remuneração (levando em conta as questões de isonomia e piso salarial) e elaboração de proposta de anteprojeto de lei.
- 3) Desenvolver estudos no âmbito das ADs para a deflagração de uma campanha salarial unificada das fundações, no 2º semestre/84, visando a reposição das perdas salariais desde 1979, provocadas pela aplicação dos Decretos-Leis arrocho salarial.
- 4) Indicar para as Assembleias das ADs das IES Fundacionais a serem realizadas na próxima semana a proposta de greve nacional a ser deflagrada no início do segundo período letivo de 1984, caso o projeto de equiparação a ser divulgado venha a prejudicar os docentes das fundações.
- 5) Solicitar a diretoria da ANDES que oficie imediatamente ao MEC as decisões do Setor Fundacional, tomadas no presente CONAD, cobrando o compromisso público da Sra. Ministra de não encaminhar qualquer projeto de Congresso, antes que seja analisado pela ANDES, no prazo de trinta (30) dias.
- 6) Declarar-se em estado de alerta as fundações, promovendo reuniões e discussões permanentes com os professores, com o objetivo de preparar a mobilização da categoria.
- 7) Preparar mobilização da categoria visando articular-se com servidores.

VERBAS PARA A MANUTENÇÃO DAS IES – O ORÇAMENTO INICIAL DE 84 E AS REIVINDICAÇÕES DO CRUB

Prof. Raul Guenther
1º Secretário da ANDES

1 – INTRODUÇÃO

No documento lançado no dia 13 de junho último, o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, considerando inadmissível comprometer todo o investimento já realizado pelo Governo e pelas IES (na Universidade Brasileira), propõe, para preservá-lo, as seguintes soluções emergenciais :

- 1 – reformulação do orçamento de 1984 com suplementação de recursos para repô-lo ao nível de 1980;
- 2 – consignação, no orçamento de 1985, de dotação em valor real equivalente à do orçamento de 1981.

Acrescenta o documento: “Sem a adoção imediata dessas medidas mínimas, será impossível sustar o processo de deteriorização física e de queda de qualidade do ensino que vem afetando nossas Universidades”.

Não obstante, alguns Reitores tem vindo a público anunciar que sua Universidade já recebeu uma suplementação de verbas, deixando subentendido que a solução reclamada pelo CRUB para este ano já está sendo atendida.

Este documento busca municiar os Comandos Locais de Greve, informando-os acerca do quantitativo reivindicado pelos Reitores, especificando-o para cada IES.

2 – Procedimentos e resultados

Da tabela anexa ao documento do CRUB (Anexo 1), verifica-se que, para repor as verbas ao nível de 1980, torna-se necessário multiplicar o valor corrente de 84 (Cr\$ mil 65.874.000) pelo fator 2.644, para que o correspondente valor constante (Cr\$ mil 2.410.318), obtido à partir do seu deflacionamento, alcance o valor constante de 1980. Por este critério, serão necessários Cr\$ mil 174.170.860 em 84.

O documento do CRUB qualifica os Cr\$ mil 65.874.000 como verba para manutenção das Universidades em 84. A análise do orçamento da União, exercício financeiro de 1984, e seus respectivos quadros de detalhamento, anexos à lei nº 7155 de 05 de dezembro de 1983, indicam que o CRUB considerou como verbas para a manutenção, aquelas classificadas tecnicamente como verbas para outros custeios. Além disso, verifica-se que o valor mencionado foi obtido somando-se as verbas para custeio de orçamento inicial de todas IES federais, incluindo as fundações.

A análise do orçamento da União permite também que se levante para cada Universidade as verbas destinadas à outra rubrica, tecnicamente chamada de Capital, cujo conhecimento pode ser de interesse. Cumpre ressaltar que o CRUB não incluiu estas verbas como aquelas destinadas à manutenção.

Dessa forma, podem-se construir as colunas 1 (Verbas para a Capital), e 2 (Verbas para outros custeios – ou verbas para a manutenção) de tabela.

A partir destes dados, torna-se possível calcular a suplementação necessária a cada universidade, para que o orçamento seja recomposto ao nível de 1980. Os resultados estão indicados na coluna 3 da tabela, e forma calculados à partir da hipótese de que a

distribuição da suplementação obedecerá à mesma proporcionalidade adotada na distribuição do orçamento inicial entre as universidades. (Exemplo: se uma universidade recebeu 5% do total do orçamento inicial, está sendo considerado que ele receberá também 5% do total da suplementação). O cálculo da suplementação pleiteada pelo CRUB para 84 foi efetuado, multiplicando-se o valor do orçamento inicial das verbas de custeio para cada universidade pelo fato 1.644.

Pela análise dos deflatores utilizados pelo CRUB, pode-se verificar também que para recompor o valor real equivalente ao do orçamento de 1981, o orçamento inicial de 1984 tem que ser multiplicado pelo fato 8,06. Os valores assim calculados estão anotados na coluna 4 da tabela.

3 – Encaminhamentos

Para que o CNG possa fazer uma análise global da situação das verbas, é fundamental que os Comandos Locais o informem de montante que cada IES recebeu da suplementação de 28 bilhões, recentemente destinada às verbas de outros custeios (manutenção) das Universidades, e dos novos pedidos feitos pelas Reitorias.

Belo Horizonte, 20 de junho de 1984.

VALORES EM CR\$ MIL

	Orçamento Inicial 84		(3) Suplementação necessária p/ 84	(4) Consignação pleiteada para 85
	(1) Capital	(2) Outros Custeios		
UFMG	11.741.100	3.577.800	5.881.902	28.871.772
UFJF	14.016.700	1.255.400	2.063.878	10.130.701
UFF	10.319.200	3.178.400	5.255.290	25.648.734
UFPB	240.000	2.703.200	4.444.060	21.814.013
UFRN	175.900	1.803.500	2.964.954	14.553.703
UFSC	264.200	1.761.000	2.895.083	14.210.741
UFSM	147.000	1.711.100	2.813.048	13.808.063
UFRPE	120.600	733.200	1.206.532	5.916.704
UFRGS	250.100	2.629.600	4.323.062	21.220.083
UFAL	6.570.400	1.422.000	2.337.768	11.475.113
UFBA	201.400	2.957.400	4.861.165	23.865.330
UFCE	11.153.500	2.395.300	3.937.873	19.329.352
UFES	82.000	1.409.700	2.317.546	11.375.856
UFPA	165.600	1.764.400	2.900.673	14.238.178
UFGO	5.470.700	1.772.400	2.913.826	14.294.666
UFPR	230.500	2.741.500	4.505.372	22.123.082
UFPE	196.800	2.730.100	4.488.284	22.031.087
UFRRJ	147.600	829.700	1.364.026	6.695.430
UFRJ	251.300	5.147.900	8.463.147	41.542.008
EFOA	56.400	120.400	197.938	971.592
EPM	222.900	1.469.400	2.415.694	11.857.617
FOD	16.100	77.800	127.903	627.823
ESAM	60.200	201.300	330.937	1.624.430
FCAP	23.100	302.500	497.310	2.441.084
EFEI	76.100	313.100	514.736	2.526.623
ESAL	127.100	365.300	600.553	2.947.861
FMIM	44.000	403.600	663.518	3.256.931

**MEC/SESu – EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO
RECURSOS DO TESOIRO – Cr\$ MIL**

PERÍODO	TAXA DE IMPLANTAÇÃO	DEFLATOR	VALOR CORRENTE	VALOR CONSTANTE	ÍNDICE
1980	-	1,00	6.372.955	6.372.955	100,00
1981	106,80	2,07	14.912.087	7.203.906	113,03
1982	100,00	4,14	25.910.548	6.258.586	98,20
1983	211,00	12,87	42.402.440	3.294.672	51,69
1984	170,00	34,75	65.874.000	2.410.318	37,82
1984	170,00	34,75	93.875.250 (1)	2.701.446	42,38
1985	170,00	93,82	132.044.200	1.407.421	22,08
1985	170,00	93,82	198.678.700 (2)	2.117.658	33,22

(1) – Suplementação de Cr\$ 28 bilhões

(2) - Inclusive extrateto

AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE

1ª ETAPA:

a) Implementação do Projeto de Pesquisa sobre a “CONTRIBUIÇÃO DO MOVIMENTO DOCENTE À DEMOCRATIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE BRASILEIRA” tendo como coordenador o professor Rubens Pinto Lyra (ADUFPB-JP).

2ª ETAPA:

b) Realização de Simpósio Nacional sobre o tema.

C R O N O G R A M A

1 – Data da entrega da minuta do questionário-padrão à Diretoria da ANDES e às Associações Docentes (ADs), para conhecimento do questionário e formulação de sugestões com vistas à seu aprimoramento: 5, 6 e 7 de outubro de 1984.

2 – Data-limite para envio, por parte da Coordenação da pesquisa, do questionário-padrão definitivo às ADs: 26 de outubro/1984.

3 – Data-limite para designação, pela Diretoria da AD, do responsável pelo preenchimento do questionário: 26 de outubro de 1984.

4 – **Data-limite para devolução, às Coordenações de Pesquisa, dos questionários-padrão, devidamente preenchidos, após análise e aprovação pela Diretoria da AD: 26 de novembro de 1984.**

5 – Apresentação dos resultados da pesquisa, no IV Congresso da ANDES (fevereiro-março de 1985).

6 – Preparação do Simpósio Nacional sobre a Democratização da Universidade, com a organização de debates e reuniões sobre o tema, em cada AD, e apresentação de trabalhos escritos, a serem enviados à Diretoria da ANDES: março a junho de 1985.

7 – Realização de Simpósio Nacional sobre a Democratização da Universidade: XI CONAD (data provável: junho ou julho de 1985).

OBS.: O CONAD encarece aos Vice-Presidentes Regionais que enviem, até o dia 12 de outubro do corrente, ao Coordenador da Pesquisa, os endereços das ADs existentes na sua região, quer estejam ou não filiadas à ANDES – que não constam da atual relação de endereços de ADs.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA DO COORDENADOR DO PROJETO DE PESQUISA SOBRE A “CONTRIBUIÇÃO DO MD À DEMOCRATIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE BRASILEIRA”:

Prof. RUBENS PINTO LYRA

Rua Olívio Pinto, 178 – BESSA

58.000 – JOÃO PESSOA – PB

Telefone: (083) 226-1404 (contactar, de preferência, à noite).

DA: Secretaria Geral
PARA: ADs e Diretores

SOBRE O IX CONAD

Companheiros,

A Diretoria da ANDES (representada em Brasília pelos diretores Pinguelli, Raul, Sadi, Zezé, Newton, Marco Antônio) ponderando os argumentos a favor e contra a transferência do IX CONAD para Brasília e ouvindo o Comando de Greve das Autarquias, deliberou manter o IX CONAD para a cidade de Belo Horizonte entre os dias 21 a 24 de junho, uma vez que:

1 – Seria muito difícil implantar-se a infra-estrutura adequada à realização do evento em Brasília a uma semana de sua realização;

2 – É politicamente importante manter-se a realização deste CONAD, marcado pela posse da nova diretoria, numa universidade em greve, dentro de suas instalações, com a participação do maior número de docentes locais, de modo a garantir-se um ato de posse marcado por uma grande manifestação política. Isso não seria possível em Brasília até pelo esvaziamento político da cidade, próprio dos fins-de-semana prolongados em função de feriado.

Os companheiros da APUBH estão encaminhando circular com detalhes sobre a organização do CONAD.

Relembramos aqui as seguintes informações:

- 1 – Avaliação do momento político nacional o movimento docente
- 2 – A posição da ANDES frente ao projeto de Lei do MEC para a Universidade Federal.
- 3 – Lutas setoriais: Autarquias, Fundações, Estaduais e Particulares.
- 4 – Questões Organizativas e Financeiras da ANDES

Programação Proposta:

21/06 (Quinta-feira) às 19 horas

- Plenária de Abertura do IX CONAD
- Solenidade de posse da nova diretoria da ANDES
- Plenária de instalação, com discussão da pauta e cronograma.

22/06 (Sexta-feira) Manhã e Tarde

- Reuniões setoriais – Tema 3 (todos os setores) e Tema 2 para Autarquias e Fundações.

22/06 (Sexta-feira) Noite

- Reunião conjunta Autarquias e Fundações – Tema 2

23/06 (Sábado) Manhã

- Grupos mistos – Tema 1 e 4

23/06 (Sábado) Tarde e Noite

- Plenária de deliberação – Temas 2 e 3

24/06 (Domingo) das 9 às 14 horas

- Plenária de deliberação – Temas 1 e 4

- Plenária Final

OBS.: Em virtude do retorno dos delegados aos seus Estados, o CONAD se encerrará às 14 horas do domingo.

Relembramos ainda que conforme estatuto, só será credenciado como delegado (um por AD) o representante da AD que for eleito em Assembléia ou indicado através de procedimento aprovado por Assembléia, mediante a apresentação da respectiva ATA. Além disso a AD deverá estar em dias com suas contribuições à ANDES (até o mês de maio/84).

Atenciosamente,

NEWTON LIMA NETO
- Secretário Geral -

São Carlos, 18 de abril de 1984.

DA: Secretaria Geral
PARA: ADs e Diretores

CONVOCAÇÃO DO IX CONAD

BELO HORIZONTE 21 A 24 DE JUNHO/84

Companheiros.

Durante a reunião das ADs Autárquicas em Brasília, decidimos pela conveniência de marcar o próximo CONAD para o início de junho. Esta discussão foi realizada antes da aprovação do calendário de continuidade da luta salarial das Autarquias que prevê a discussão da deflagração da greve para os dias 4 e 5 de maio. A diretoria da ANDES observou então que, caso a greve se deflagre, não teria sentido a realização de um CONAD nesse período. Recorremos à APUBH para marcar uma data posterior, ainda em junho. Concluímos pela realização do CONAD entre os dias 21 e 24/06 (quinta a domingo). Como dia 21/06 é feriado, isto nos permitirá ter um dia a mais de CONAD do que a proposta original (1, 2 e 3 de junho). Além dessa inquestionável vantagem, decorrente da densa e importante pauta do evento, ainda seremos todos beneficiados por:

- prazo maior para discussão nas ADs do “Projeto de Lei da ANDES para a Universidade Brasileira”.
- possibilidade de acerto da dívida da ANDES através do pagamento pelas ADs da mensalidade de maio (condição para credenciamento no CONAD).

A pauta do IX CONAD será:

- 1 – Avaliação do momento político nacional e o movimento docente.
- 2 – “Projeto de Lei do MEC para a Universidade Federal”.
- 3 – Lutas setoriais: Autarquias, Fundações, Estaduais e Particulares.
- 4 – Questões organizativas e financeiras da ANDES.

A programação é a seguinte:

21/06 (quinta-feira) às 19 horas

- Plenária de Abertura do IX CONAD
- Solenidade de posse da nova diretoria da ANDES
- Plenária de Instalação, com discussão da pauta e cronograma.

22/06 (sexta-feira) Manhã e Tarde

- Reuniões setoriais – Tema 3 (todos os setores) e Tema 2 para Autarquias e Fundações.

22/06 (sexta-feira) Noite

- Reunião conjunta Autarquias e Fundações – Tema 2

23/06 (sábado) Manhã

- Grupos Mistos – Temas 1 e 4

23/06 (sábado) Tarde e Noite

- Plenária de deliberação – Tema 2 e 3

24/06 (domingo) das 9 às 14 horas

- Plenária de deliberação – Tema 1 e 4

- Plenária Final

OBS.: 1 – Em virtude do retorno dos delegados aos seus Estados, o CONAD se encerrará às 14 horas do domingo.

2 – Relembramos ainda que conforme estatuto, só será credenciado como delegado (um por AD) o representante da AD que for eleito em Assembléia ou indicado através de procedimento aprovado por Assembléia, mediante apresentação da respectiva ATA.

Além disso a AD deverá esta em dias com suas contribuições à ANDES (até o mês de MAIO/1984).

Atenciosamente,

Newton Lima Neto
- Secretário Geral -

IX CONAD – BELO HORIZONTE – 21 a 24/06/84
ALGUMAS DELIBERAÇÕES IMPORTANTES DO CONAD
PARA O SETOR DAS FUNDAÇÕES

OBS.: Este documento apresenta deliberações do IX CONAD específicas para o setor fundacional. As demais resoluções gerais ou setoriais serão encaminhadas pela Secretaria da ANDES nas Atas do CONAD.

I – CONSIDERANDO:

- 1) A intenção publicamente manifesta pelo MEC, em várias oportunidades, de encaminhar ao Congresso Nacional um projeto de equiparação salarial entre docentes e servidores das IES Autárquicas e Fundacionais, que pressupõe o congelamento de parte dos salários dos professores das IES Fundacionais;
- 2) A posição inequívoca das IES Federais Autárquicas, através das assembléias do Comando Nacional de Greve, de não aceitar o projeto de equiparação proposto pelo MEC, como forma de atendimento de suas justas reivindicações salariais;
- 3) A posição já assumida no Congresso da ANDES pelo setor fundacional de que não assistirá passivamente a uma nova investida contra os salários dos professores, já profundamente achatados pelos índices impostos pela legislação salarial de arrocho;
- 4) A insatisfação e a revolta que tomaram conta dos docentes, que trabalham nas IES Fundacionais, quando da divulgação oficial da versão do MEC PARA O PROJETO de Equiparação;
- 5) A posição já assumida pelas Assembléias dos docentes das Fundações de Sergipe, Brasília, São Carlos e Acre de indicar a greve nacional dos professores das Fundações, caso o MEC persista no seu intento de enviar o projeto de equiparação ao Congresso;

DELIBERA:

- 1) Reiterar seu incondicional apoio às reivindicações dos colegas das IES autárquicas e à greve Nacional em andamento, entendendo que há recursos mais do que suficientes para pagamento dos índices solicitados;
- 2) A criação de Comissão Salarial conjunta encarregada de estabelecer critérios de fixação de níveis de remuneração (levando em conta as questões de isonomia e piso salarial) e elaboração de proposta de anteprojeto de lei. Esta Comissão fica a cargo do Comando Nacional de Greve e da ADUnB, integrando desde já a Comissão os Professores Maciel e Sadi. A Comissão tem 20 dias para preparar a proposta.
- 3) Desenvolver estudos no âmbito das ADs para a deflagração de uma campanha salarial unificada das Fundações, no 2º semestre/84, visando a reposição das perdas salariais desde 1979, provocadas pela aplicação dos Decretos-Leis de arrocho salarial. As ADs encaminham os estudos até 29/06 ao professor Sadi, responsável pelo Setor das Fundações.
- 4) Indicar para as Assembléias das ADs das IES Fundacionais a serem realizadas nas próxima semana (25/06 a 29/06) a proposta de greve nacional a ser deflagrada no início do segundo período letivo de 1984, caso o projeto de equiparação a ser divulgado venha a prejudicar os docentes das fundações.
- 5) Solicitar à diretoria da ANDES que oficie imediatamente ao MEC as decisões tomadas no presente CONAD, cobrando o compromisso público da Sra. Ministra

de não encaminhar qualquer projeto ao Congresso antes que seja analisado pela ANDES, no prazo máximo de (30) dias.

- 6) As fundações declaram-se em estado de alerta, promovendo reuniões e discussões permanentes com os professores com o objetivo de preparar a mobilização da categoria, buscando articulação com os servidores das universidades.

II – Realizar um “DIA NACIONAL DE LUTAS EM DEFESA DA UNIVERSIDADE”, a 28 de junho, com manifestações em todas as IES em apoio às Greves das Autarquias e da UnB em defesa da democratização da Universidade (UFSCAR e UNESP), com indicativo de paralisação e com coleta de fundos para as greves.

III – Encaminhar a “NOTA NACIONAL DA ANDES SOBRE O PROCESSO DE ENQUADRAMENTO DE PROFESSORES E ALUNOS DA UnB NA LEI DE SEGURANÇA NACIONAL” à imprensa, ao advogado dos indiciados e às autoridades pertinentes.

NOTA DA ANDES SOBRE O PROCESSO DE ENQUADRAMENTO DE PROFESSORES E ALUNOS DA UnB NA LEI DE SEGURANÇA NACIONAL

Durante a imposição das medidas de emergência no Distrito Federal, em abril passado, dois professores da UnB (Antônio Ibanez Ruiz, atual presidente e Carlos Alberto Lima Torres, Ex-diretor da ADUnB) e três estudantes (sendo dois da UnB e o presidente da UNE, Acildon Mattos Pae) foram indiciados em processo contra a Lei de Segurança Nacional sob a acusação de incitamento à desobediência e à desordem. Estes professores e alunos participaram juntamente com centenas de outros colegas, em manifestações contra a invasão e o cerco da Universidade de Brasília por forças policiais e contra a decretação das coercitivas medidas de emergência no Distrito Federal e vizinhanças.

Em que pese a inexistência de objeto de acusação, o processo continua a tramitar devido à pressão das forças responsáveis pela decretação das medidas de emergências que procuram satisfazer sua vontade repressora desta forma, uma vez que não conseguiram silenciar as vozes daqueles que se opõem ao arbítrio e à truculência.

O Conselho Nacional das Associações Docentes, reunido em Belo Horizonte, nos dias 21 a 24 de junho, denuncia que a tentativa de enquadrar colegas nossos e estudantes na Lei de Segurança Nacional constitui um ato intolerável de intimidação e de repressão política sobre aqueles que lutam pela democratização da universidade e da sociedade brasileira, e exige imediato arquivamento do processo por absoluta inexistência de causa que inculpem nossos colegas e os estudantes indiciados.

A ANDES e as Associações de Docentes presentes conclamam a todas as forças vivas da comunidade a que se unam contra mais este ato de violência daqueles que tentam impor a repressão e o facismo e lutem pela efetiva vitória da democracia no país.

IV – Realizar o X CONAD em Cuiabá (ADUFMAT) em fins de setembro e começo de outubro.

V – INFORMES SOBRE O PROCESSO ELEITORAL PARA A REITORIA DAS IES FUNDAÇÕES.

Cada delegado ou observador presente relatou o processo de eleição para compor a lista sêxtupla no âmbito de sua IE. Compareceram ao CONAD as seguintes ADs: ADUA, ADUFAC, ADUFPI, ADUFS, ADUFU, ADUFOP, ASPUV, ADUFMAT, ADUnB, ADUFSCAR, ADUEL, ADUC, APROFEJ e APROFURG.

ADUFMAT – Universidade Federal de Mato Grosso – o processo foi realizado em duas etapas, prévia e 2º turno. As eleições foram paritárias no 2º turno e universais nas prévias e houve participação dos três segmentos. A lista já foi aceita pelo Colégio Eleitoral Especial (CEE) em 22/06/84.

ADUFPI – Universidade Federal do Piauí – dois turnos; as eleições foram paritárias, com participação dos três segmentos. O CEE reúne-se a 11/07 e há chances da lista ser aceita.

ADUA – Universidade Federal do Amazonas – os três segmentos participaram das eleições por voto universal nos dois turnos. Há boas chances do CEE referendar a lista.

ADUFU – Universidade Federal de Uberlândia – os docentes votaram no âmbito dos Conselhos Departamentais, os estudantes, através do DCE e os servidores ainda o farão, através de sua entidade.

ASPUV – Universidade Federal de Viçosa – houve plebiscito entre docentes para definir a forma de participação. As eleições realizaram-se em dois (2) turnos. Só os professores votaram. Há dificuldades para aprovação da lista pelo CEE.

ADUFOP – Universidade Federal de Ouro Preto – até o momento houve uma prévia, com voto universal e participação dos três segmentos. As eleições estão previstas para a semana que vai de 25 a 29/06/84. Dificuldades para aprovação da lista pelo CEE.

ADUFAC – Universidade Federal do Acre – as eleições estão previstas para 26/06/84, tendo havido uma prévia, realizada em 12/06/84, da qual participaram professores e alunos, paritariamente, funcionários participaram do 2º turno. Grande probabilidade de o CEE homologar a lista.

ADUFS – Universidade Federal de Sergipe – no mês de abril/84, houve uma prévia, com participação de docentes e servidores. No 2º turno participaram dos três (3) segmentos, sendo o voto universal, grande probabilidade de a lista ser aprovada pelo CEE a 29/06/84.

ADUnB – Universidade de Brasília – nas prévias apenas os docentes participaram. Nas eleições propriamente ditas participaram docentes e estudantes. A UnB está em greve pela inclusão do Conselho Universitário no Colégio Eleitoral Especial e pela aceitação da lista sêxtupla.

ADUFSCAR – Universidade de São Carlos – até 19/07/84 realizar-se-ão as eleições, com participação paritária dos três (3) segmentos. Já foi encaminhado ao Conselho Universitário resolução das Assembléias, quanto ao processo eleitoral: que o Conselho Universitário coordene o processo eleitoral, institucionalizando-o.

APROFEJ – Faculdade de Engenharia de Joinville – esta instituição faz parte da Fundação Educacional de Santa Catarina (Fundação Estadual). Realizou, em 16/05/84, eleições diretas para Reitor da Fundação, está marcada para 1986.

ADUEL – Universidade Estadual de Londrina – também Fundação Estadual. As eleições para Reitor estão marcadas para 1986 e a entidade docente luta para que as mesmas sejam por processo direto e de forma paritária.

ADUC – Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Cascavel (PR) – esta instituição é uma Fundação Municipal. A ADUC, no momento, luta pela estadualização da Faculdade.

APROFURG – Universidade Federal de Rio Grande (RS) – realizaram-se prévias e eleições propriamente ditas. Nas prévias só houve participação docente, enquanto das eleições participaram docentes e estudantes, paritariamente. Há alguma chance de aprovação da lista sêxtupla eleita.

Sadi Dal Rosso
Vice-Presidente e responsável
Pelo setor das Fundações

REUNIÃO DAS ADS FUNDACIONAIS

ANEXO 1

ADUFMAT – Universidade Federal de Mato Grosso – o processo foi realizado em duas etapas, uma prévia e um 2º turno. As eleições foram paritárias e houve participação dos três segmentos. A lista já foi aceita pelo Colégio Eleitoral Especial.

ADUFPI – Universidade Federal do Piauí – dois turnos; as eleições foram paritárias, com participação dos três segmentos. O CEE reúne-se a 11/07 e há chances da lista ser aceita.

ADUA – Universidade Federal do Amazonas – também em dois turnos, as eleições foram paritárias, com participação dos três (3) segmentos.

ADUFU – Universidade Federal de Uberlândia – nesta universidade o processo deu-se de forma diferenciada das demais; os docentes votaram no âmbito dos Conselhos Departamentais, os estudantes, através do DCE e os servidores ainda o farão, através de sua entidade.

ASPUV – Universidade Federal de Viçosa – houve plebiscito entre docentes para definir a forma de participação. As eleições realizaram-se em dois (2) turnos. Só os professores votaram.

ADUFOP – Universidade Federal de Ouro Preto – até o momento houve uma prévia, com voto universal e participação dos três segmentos. As eleições estão previstas para a semana que vai de 25 a 29/06/84.

ADUFAC – Universidade Federal do Acre – as eleições estão previstas para 26/06/84, tendo havido uma prévia, realizada em 12/06/84.

ADUFS – Universidade Federal de Sergipe – no mês de abril/84, houve uma prévia, com participação de docentes e servidores. No 2º turno (eleições propriamente ditas) participaram conjuntamente dos três (3) segmentos.

ADUnB – Universidade de Brasília – nas prévias apenas os docentes participaram. Nas eleições propriamente ditas participaram docentes e estudantes. A UnB está em greve pela inclusão do Conselho Universitário no Colégio Eleitoral Especial e pela aceitação da lista sêxtupla.

ADUFSCAR – Universidade de São Carlos – até 19/07/84 realizar-se-ão as eleições, com participação paritária dos três (3) segmentos. Já foi encaminhado ao Conselho Universitário resolução das Assembléias, quanto ao processo eleitoral: que aquele o coordene, respeitando o processo eleitoral proposto pela comunidade.

APROFEJ – Faculdade de Engenharia de Joinville – esta instituição faz parte da Fundação Educacional de Santa Catarina (Fundação Estadual). Realizou, em 16/05/84, eleições diretas para Diretor com participação dos três segmentos. A eleição para Reitor da Fundação está marcada para 1986.

ADUEL – Universidade Estadual de Londrina – também Fundação Estadual. As eleições para Reitor estão marcadas para 1986 e a entidade docente luta para que as mesmas sejam por processo direto e de forma paritária.

ADUC – Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Cascavel (PR) – esta instituição é uma Fundação Municipal. A ADUC, no momento, luta pela estadualização da Faculdade.

APROFURG – Universidade Federal de Rio Grande (RS) – realizaram-se prévias e eleições propriamente ditas. Nas prévias só houve participação docente, enquanto das eleições participaram docentes e estudantes.

Além das ADs inicialmente listadas, participaram também as seguintes Associações:

APROFES

ADUEL

ADUC

APROFURG

ADUFSCAR

28 DE JUNHO DE 1984
DIA NACIONAL DE LUTA EM DEFESA DA UNIVERSIDADE

MANIFESTO – BÔNUS

A universidade brasileira enfrenta a sua mais grave crise em muitos anos.

O setor público está totalmente asfixiado do ponto de vista financeiro pela política implementada pelo regime militar e agravada pela submissão as diretrizes do FMI. **Por esta razão os docentes e servidores das universidades federais autárquicas se encontram em greve desde o dia 15 de maio, exigindo a recomposição de seus salários e verbas para o funcionamento da universidade.**

Ao mesmo tempo a mobilização incansável de professores, alunos e funcionários levou o processo de transformação da estrutura autoritária da universidade, entre os quais avanços na democratização interna de algumas universidades particulares, transformação do processo de escolha dos reitores das IEES fundações e a realização de consultas eleitorais prévias em várias universidades.

Esses avanços, ainda que pequenos, enfrentam a ferrenha oposição das forças da reação. **Por isso a UnB está em greve contra a tentativa do reitor de ludibriar a vontade da comunidade, reduzindo a elaboração da lista para a escolha do reitor ao âmbito do Conselho Diretor da Fundação.** Em São Carlos a comunidade resiste à instauração da Comissão de Inquérito nomeada pelo MEC para sufocar o processo democrático que se firmava naquela instituição.

Na UNESP se permanece em greve pelo respeito à decisão democrática da comunidade mediante a incorporação à lista sêxtupla dos nomes indicados majoritariamente.

Nas instituições particulares os professores vão desencadear uma campanha nacional pelo reajuste de 100% do INPC no 2º semestre como forma de conter a incrível deterioração de seus salários.

Estas lutas, que expressam hoje a Defesa da Universidade Brasileira, dependem da Unidade da categoria a nível nacional.

PROFESSOR PARTICIPE DA SUA ASSOCIAÇÃO E COLABORE COM O
FUNDO DE GREVE DOS PROFESSORES.

São Carlos, 25 de junho de 1984

DA: 1ª Vice Presidência
PARA: ADs e Diretores

Companheiros,

Dentre as deliberações do IX CONAD, que serão brevemente enviadas, há uma de extrema urgência.

O IX CONAD deliberou a transformação do dia 28 de junho em dia nacional de luta em Defesa da Universidade, indicando a realização de debates, assembléias, manifestações e onde possível a paralisação das atividades em solidariedade à greve das IEES Federais Autárquicas e às greves da UnB e UNESP.

Solicita-se como atividade mínima a distribuição do manifesto-bônus anexo com a conseqüente arrecadação de contribuições para o fundo de greve. As ADs devem providenciar a reprodução do texto unificado.

Recomenda-se que os companheiros das federais autárquicas divulguem o manifesto nas IEES de sua região onde não hajam ADs organizadas.

Saudações,

Carlos Martins
1º Vice Presidente

**SRS. VICE-PRESIDENTES REGIONAIS
FAVOR VERIFICAR POR TELEFONE SE O MANIFESTO-BÔNUS CHEGOU ÀS ADS DE
SUA REGIÃO E INSISTIR NA SUA VIABILIZAÇÃO.**